

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS**

**PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, E SEUS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS NO  
CAPITALISMO, COM BASE EM MARX E EM MÉSZÁROS**

**Maceió – AL**  
**2023**

**RENATA SILVA DE ASSIS GOMES**

**PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, E SEUS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS NO  
CAPITALISMO, COM BASE EM MARX E EM MÉSZÁROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como requisito final à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cristina Soares Paniago

**Maceió – AL**

**2023**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Betânia Almeida dos Santos– CRB-4 – 1542

G633p Gomes, Renata Silva de Assis .  
Produção e distribuição, e seus fundamentos ontológicos no capitalismo, com base em Marx e em Mézários / Renata Silva de Assis Gomes. – 2023.  
77 f.

Orientadora: Maria Cristina Soares Paniago.  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 77.

1. Capitalismo – produção . 2. Capitalismo – distribuição. 3. Exploração do trabalho. 4. Acumulo de capital. I. Título.

CDU: 364.144 : 330.342.14

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento, primeiramente, à minha mãe Raninore, que mesmo distante sempre me apoia e incentiva; à minha tia Fátima que tem sido uma segunda mãe, encorajando-me durante todo o período de formação do mestrado; à minha irmã Ranielly, sempre presente em minha vida; às minhas primas Beatriz, Débora, Bárbara, Sarah e Ana Stela que desde o princípio me motivam; à Katiane, aquela que acredita em mim, mesmo quando nem eu mesma consigo, que se emociona com meu crescimento e amadurecimento e ao meu companheiro Victor, que me conheceu no início desta jornada, em meio a um período tão conturbado de pandemia da COVID, contudo, durante esses anos tem sido companheiro, parceiro, incentivador de todas as fases desse processo, amparando-me nos momentos difíceis, em que eu achei que não conseguiria, sempre me motivando a prosseguir.

Meu profundo agradecimento à minha orientadora Cristina Paniago que me acompanha desde a graduação. A ela devo muito do que alcancei: amadurecimento intelectual e até pessoal. Ela que tem sido compreensiva neste processo de mestrado permeado por dificuldades psicológicas e emocionais potencializadas durante a pandemia da COVID. Cristina, muito obrigada por toda paciência e compreensão com tudo que vivi nestes anos de mestrado. Por se dispor a luta para que eu tivesse mais tempo, a fim de finalizar o processo da dissertação, além dos momentos de orientação, que eu tinha vontade de sair anotando cada palavra. Enfim, são tantas coisas, que passaria a vida inteira a agradecer.

Não posso deixar de expressar minha gratidão à minha amiga Ana Rute. Embarcamos juntas nessa jornada do mestrado, compartilhamos angústias, felicidades e vivência. Gratidão por todo companheirismo, preocupação e encorajamento que tornaram esses dias mais leves.

Por fim, agradeço aos professores Edlene Pimentel e Albani Barros por aceitaram o convite de compor a banca avaliadora deste trabalho, além de todas as contribuições de ambos na qualificação. Gostaria também de agradecer às professoras Norma Alcântara e Silmara Mendes por aceitarem compor a banca avaliadora deste trabalho como suplentes.

## RESUMO

O estudo aqui proposto pretende apresentar os fundamentos ontológicos da produção e distribuição no capitalismo. Apresenta as mudanças ocorridas na sociedade, a transição do feudalismo ao capitalismo, a consolidação do modo de produção capitalista. Traz os elementos constitutivos do modo de produção capitalista. Ao abordar os fundamentos da produção, trata da produção para valor de uso e da produção para valor de troca. No tocante aos fundamentos da distribuição, evidencia que a distribuição não se resume apenas a distribuição dos produtos no final do processo, mas também a distribuição dos meios de produção e dos membros da sociedade nas diferentes formas de produção. Analisa a finalidade da produção no capitalismo, mostra que é a produção da riqueza para manter a acumulação de capital. Este estudo teve como objetivo elucidar as raízes da desigualdade, seus fundamentos originários, e porque se produz e reproduz sob a lógica do capitalismo.

**Palavras-chave:** Produção; Distribuição; Capitalismo; Exploração do trabalho; Acumulação de capital

## ABSTRACT

The study proposed here intends to present the ontological foundations of production and distribution in capitalism. It presents the changes that occurred in society, the transition from feudalism to capitalism, the consolidation of the capitalist mode of production. It brings the constitutive elements of the capitalist mode of production. When addressing the fundamentals of production, it deals with production for use value and production for exchange value. With regard to the fundamentals of distribution, it shows that distribution is not just the distribution of products at the end of the process, but also the distribution of means of production and members of society in different forms of production. It analyzes the purpose of production in capitalism, showing that it is the production of wealth to maintain capital accumulation. This study aimed to elucidate the roots of inequality, its original foundations, and why it is produced and reproduced under the logic of capitalism.

**Keywords:** Production; Distribution; Capitalism; Exploitation of work; capital accumulation

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. FUNDAMENTOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	12
2.1 Elementos históricos fundamentais à transição do feudalismo ao Capitalismo.....	12
2.1.1 Revolução Industrial Inglesa (século XVIII – XIX) .....	14
2.1.2 Revolução Francesa (século XVIII) .....	17
2.2 Os fundamentos constitutivos do capitalismo .....	25
3. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA SOCIAL NO CAPITALISMO.....	39
3.1 Produção para valor de uso.....	39
3.2 Produção para valor de troca.....	44
3.2.1 O processo de valorização do capital.....	49
3.3 Distribuição.....	55
3.3.1 Distribuição x Superação da escassez.....	58
4. A FINALIDADE DA PRODUÇÃO NO CAPITALISMO.....	65
4.1 A finalidade da produção no capitalismo, com o advento da propriedade privada.....	65
5. CONCLUSÃO.....	75
6. REFERÊNCIAS.....	78

## 1. INTRODUÇÃO

Apresentamos esta dissertação como produto de pesquisa desenvolvida durante o processo de pós-graduação em Serviço Social (mestrado), fruto da indagação da pesquisadora acerca da necessidade de entender, através do estudo dos fundamentos ontológicos da produção e distribuição no capitalismo, se é possível eliminar a desigualdade no capitalismo. Esta indagação acompanha a pesquisadora desde seu processo de formação inicial na graduação, o tema vem sendo abordado em todos os estudos, desde as pesquisas de iniciação científica à construção do trabalho de conclusão de curso. Continuamos com a mesma indagação durante o processo de formação do mestrado, escolhendo como base deste estudo os fundamentos ontológicos da produção e distribuição no capitalismo. Julgamos necessário ir aos fundamentos ontológicos da produção e distribuição no capitalismo para entender se é possível eliminar a desigualdade no capitalismo. Nesta dissertação, nos deteremos ao estudo desses fundamentos.

A relevância deste tema se explica devido a própria realidade em que vivemos, no modo de produção capitalista, onde a desigualdade social se expressa cada vez mais aparente no cotidiano das pessoas, além de ser objeto de estudo do Serviço Social, uma vez que, esta profissão estuda as formas de expressão da “Questão Social”.

Pretendemos estudar neste processo, os fundamentos ontológicos da produção e distribuição, com o objetivo de contribuir com a discussão sobre os fundamentos históricos e teóricos da desigualdade social e quais suas formas de expressão; se a desigualdade ocorre apenas na distribuição e se ela pode ser eliminada no capitalismo. Sendo o capitalismo um modo de produção que expõe suas contradições, e que precisa dessas para se manter funcionando, a desigualdade social faz parte desse processo de contradições, pois ela é criada para atender às necessidades de acumulação do capital. Através dos estudos dos fundamentos da produção e distribuição no capitalismo, buscaremos entender se a desigualdade social pode ser eliminada do capitalismo, seja por meio de políticas públicas ou redistribuição da riqueza.

A desigualdade social surge concomitantemente ao processo de dominação do homem sobre a natureza e ao surgimento da propriedade privada. Com o desenvolvimento da produção de excedente, temos o processo de exploração do homem pelo homem, desde a transição da comunidade primitiva à sociedade de classes, quando passam a produzir além do necessário para a sua subsistência, deixando de lado a produção e o consumo coletivos. Os capitalistas ao aderirem à instituição de relações de poder, baseados em violência e coerção, geraram opressão

de uma classe detentora dos meios de produção sobre a classe produtora. O excedente passa a ser moeda de troca e gera uma relação social baseada na exploração.

Como consequência do modo de produção baseado na exploração, temos a desigualdade social, só percebida e sentida na sociedade de classes. Em consonância com a própria lógica destrutiva do capitalismo, a acumulação e expansão do capital são embasadas na alta exploração e segregação de classes, a desigualdade atinge patamares nunca vistos antes; quanto maior a concentração de riquezas das classes opressoras, maior o abismo social em relação às classes subalternas.

Segundo dados de pesquisa recente do Relatório Mundial sobre as Desigualdades para 2022, produzido pela equipe de Thomas Piketty, na Escola de Economia de Paris, vemos que “os 10% mais ricos da população global atualmente respondem por 52% da renda global, enquanto a metade mais pobre da população ganha 8% dela”.<sup>1</sup>

Sabemos que desigualdade é um tema relevante no debate do Serviço Social, porém este, assim como toda pesquisa comprometida com o desnudamento da realidade, não é autoexplicativo. Assim, para compreender a temática pretendida, foi preciso ir aos fundamentos ontológicos do modo de produção capitalista. Sabemos que apesar da desigualdade ser inerente a este modo de produção, ela não surge nele. A desigualdade é produto da sociedade de classes, o que a diferencia do capitalismo dos modos de produção precedentes é que no capitalismo já se alcançou o ápice do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a desigualdade no capitalismo é criada, não está mais relacionada à escassez. Para compreender a desigualdade no capitalismo, precisamos entender a base da reprodução do sistema. E para isso destacamos duas categorias essenciais para entendermos o objeto dessa pesquisa: produção e distribuição. Ao tratar do tema desigualdade, percebemos que os estudos e teóricos<sup>2</sup> apontam para o processo de distribuição. Mas será que a desigualdade acontece apenas na distribuição?

Entendemos que para apreender as raízes do problema da desigualdade no capitalismo, torna-se imprescindível conhecermos e nos apropriarmos de sua construção histórica, a qual aponta para as categorias já mencionadas, salientando que a base do modo de produção capitalista é a produção, investigamos os fundamentos desta, aliada às consequências na distribuição e a finalidade da produção no capitalismo. Nosso estudo trará os fundamentos da

---

<sup>1</sup> O novo mapa da desigualdade global. **Outras palavras**, 07 de dez. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global/> Acesso em: 20 dez. 2022.

<sup>2</sup> Alguns autores que tratam a desigualdade através de melhorias na distribuição:

C. Tereza; G. Pablo; R. Monica; H. Gabriel. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Saúde Debate: Rio de Janeiro. V. 24. N. ESPECIAL 3. Nov. 2018.

produção e distribuição no capitalismo, que são a base para que em momentos posteriores de formação da pesquisadora se chegue à problemática da desigualdade no capitalismo. Tratando o tema com a relevância necessária não apenas para nosso estudo, como também para a sociedade, entendemos que é necessário ir às causas para compreender os efeitos.

A investigação proposta, de natureza bibliográfica resulta dos estudos, das reflexões realizadas no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFAL, vinculada à linha de pesquisa Trabalho, Política e Sociedade e teve por base os conceitos e fundamentos de produção e distribuição no capitalismo, tendo como obras principais: *O Capital*, de Karl Marx e *Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*, de István Mészáros, como matriz teórico-crítica, além de outros estudiosos marxistas que contribuíram para o entendimento deste objeto, a partir de uma bibliografia de textos clássicos selecionados, tais como Netto, Mandel.

Conforme exposto, metodologicamente foi realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica, orientada pela perspectiva marxiana com vistas a desvendar criticamente o objeto de pesquisa em questão. Os procedimentos técnicos realizados na pesquisa bibliográfica foram o levantamento bibliográfico; a leitura e fichamento; a sistematização e análise das obras clássicas.

Para analisarmos o processo histórico do desenvolvimento do capitalismo e os consequentes efeitos deste para a classe trabalhadora, foi preciso um caminhar histórico e dialético sobre a constituição do capitalismo enquanto modo de produção, assim, nossa primeira seção aborda seu percurso histórico e seus fundamentos. Tratamos na segunda seção, da transição do feudalismo ao capitalismo, abordando elementos históricos fundamentais nesse processo: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra, em seguida tratamos das principais características deste modo de produção: seu surgimento, a separação dos produtores dos meios de produção, a concentração dos meios de produção “sob a forma de monopólio entre as mãos de uma só classe social” (MANDEL, 1975, p. 28), a exploração do trabalho, a função social do Estado, etc. Todos esses elementos constituem parte importante no desenvolvimento e funcionamento do capitalismo, o qual analisamos no decorrer do texto.

Na terceira seção examinamos a produção no capitalismo, tendo como objetivo entender qual a finalidade da produção de mercadorias, a qual destina a produção de riqueza realizada pelos trabalhadores assalariados para as mãos da classe dominante. A temática foi dividida nos seguintes itens: produção para valor de uso, produção para valor de troca e a finalidade da produção no capitalismo. Sabemos que, desde o surgimento da sociedade de classes, existe a

produção de excedente. Mas nas sociedades precedentes ao capitalismo a produção é voltada para o valor de uso. No capitalismo, a produção passa a ter um objetivo diferente dos modos de produção anteriores, o valor de uso precisa se realizar também como valor de troca. Veremos no decorrer do texto como ocorre esse processo de transição da produção voltada para valor de uso e produção voltada para valor de troca.

Após o processo de estudo da produção no capitalismo, ainda nesta seção, abordaremos a temática da distribuição. Quando se fala em distribuição pensa-se apenas em distribuição dos produtos, ou distribuição da riqueza. Veremos a distribuição também por outro ângulo. A distribuição que ocorre ainda no processo de produção, a distribuição dos meios de produção e dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção. Assim, abordaremos também a temática distribuição x superação da escassez. Tendo como objetivo traçar os elementos iniciais da discussão sobre a possibilidade de se eliminar a desigualdade no capitalismo. As questões que nortearam nosso estudo foram: Como é distribuída a riqueza no capitalismo? Ela é feita de forma desigual? É possível eliminar a desigualdade no capitalismo através da distribuição? Ou através de políticas sociais criadas pelo Estado?

Na quarta seção, abordaremos a finalidade da produção no capitalismo, veremos que a produção é voltada para atender as necessidades de acumulação do capital. As necessidades da classe trabalhadora não são o objetivo da produção capitalista.

Assim, nossa abordagem no presente texto, pretende ir aos fundamentos da produção e da distribuição no capitalismo. Buscando desvendar as causas da desigualdade sociais.

## **2. FUNDAMENTOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Nesta seção, iniciaremos trazendo os elementos históricos fundamentais à transição do feudalismo ao capitalismo, uma vez que entendemos ser necessário abordar como se deu esse processo antes de tratarmos do próprio modo de produção capitalista. Ainda tratando da transição, traremos também dois marcos importantes nesse processo: A Revolução Industrial Inglesa e a Revolução Francesa. No processo de transição do feudalismo ao capitalismo, já se percebe alguns elementos da nova forma de sociabilidade que surgia. Em seguida, trataremos dos elementos constitutivos do capitalismo. Esse estudo dos fundamentos ontológicos do modo de produção capitalista, se faz necessário para compreendermos como se dá o processo de produção e distribuição do capitalismo.

### **2.1 Elementos históricos fundamentais à transição do feudalismo ao Capitalismo**

Segundo Anderson, cem anos<sup>3</sup> após esse ápice de “progresso econômico” do feudalismo na Europa Ocidental, instaurou-se uma crise por todo o continente. Essa foi provocada por vários fatores, de acordo com o autor, “a diversificação da economia feudal europeia, junto com o crescimento do comércio internacional, havia levado algumas regiões a diminuir a produção do milho, dos cereais à custa de outras (vinhas, linho, lã ou pecuária)” (ANDERSON, 2007, p.192). Em decorrência disso, entre 1315-1316, o ano foi de fome na Europa. As terras começaram a ser abandonadas, por causa desta mudança que ocorreu na produção, causando a escassez de alimentos; e os índices de nascimento decaíram. Em algumas regiões os arrendamentos exorbitantes arrancados do campesinato diminuíram os índices de produção. A economia urbana, ao mesmo tempo, atingia níveis críticos, para seu desenvolvimento. De acordo com Anderson, “das primeiras décadas do século XIV em diante houve uma escassez insidiosa de dinheiro que inevitavelmente afetou as operações bancárias e o comércio” (ANDERSON, 2007, p. 193). Outro elemento que influenciou na crise do feudalismo foi a “invasão da Peste Negra vinda da Ásia em 1348”, que resultou numa crise da mão-de-obra, pois a Peste Negra destruiu “em torno de um quarto de habitantes da Europa Ocidental”. A consequência dessa crise recaí sobre os camponeses, pois a monarquia sentindo-se ameaçada

---

<sup>3</sup> O autor refere-se ao período entre 1000 e 1250, devido às cruzadas internacionais registrou-se um progresso econômico na Europa Ocidental.

reage tentando “reforçar as condições servis e fazendo-os pagar pela crise baixando os salários” (ANDERSON, 2007, p.194).

A tentativa da monarquia de fazer a classe produtora pagar pela crise “agora encontrava resistência violenta e desenfreada – muitas vezes lideradas por camponeses mais educados e mais prósperos, e mobilizando as mais profundas paixões populares”. É interessante observar que a luta de classes pela terra que outrora proporcionou vitalidade econômica ao feudalismo, agora aparecem “em grandes explosões regionais ou nacionais durante a depressão feudal, em sociedades medievais que agora estavam muito mais integradas econômica e politicamente” (ANDERSON, 2007, p.196). Para o autor:

A consequência direta e decisiva foi antes uma alteração social penetrante do interior ocidental. Os violentos levantes rurais da época, mesmo em caso de derrota, traziam imperceptíveis mudanças no equilíbrio das forças de classes na terra. Longe de a crise geral do modo de produção feudal piorar a condição dos produtores diretos no campo, ela terminou até melhorando tal condição e emancipando-os. Na verdade, ela mostrou ser o ponto decisivo na dissolução da servidão no Ocidente (ANDERSON, 2007, p.198).

Vemos nesta passagem a mudança na forma de trabalho, na qual os camponeses passam a ser liberados do trabalho servil<sup>4</sup>. O comércio urbano era um ponto de conflito entre os senhores feudais não-aburguesados, o monarca e as cidades, de tal forma que começou a ficar escassa a mão-de-obra no campo, resultando numa redução da área cultivada, que conseqüentemente causavam uma diminuição no preço dos cereais e aumento dos salários. A “nobreza reage incentivando a atividade pastoril, para abastecer a indústria de lã que se desenvolvera nas novas cidades dedicadas à tecelagem, iniciando já um movimento de cerco”. De acordo com o autor “a produção de lã foi uma das soluções senhoriais mais importantes para a crise agrícola” (ANDERSON, 2007, p.200). Com a transformação das terras em pastagens, a classe proprietária reagiu à falta de mão-de-obra do século XIV. A tentativa de solucionar a crise não manteria a ordem existente, ao contrário, apontaria as bases para o surgimento de uma nova forma de sociedade.

Vimos alguns elementos que foram determinantes na explosão da crise do feudalismo da Europa Ocidental, e sabemos que esta influenciou diretamente a condição de vida dos

---

<sup>4</sup> Segundo Anderson “este processo desenvolveu-se mais cedo e em maior intensidade na Inglaterra, onde a proporção do campesinato livre fora sempre relativamente alta; ali as costumeiras posses dos servos se haviam transformado tranquilamente em arrendamentos não-servis por volta de 1400” (ANDERSON, 2007, p. 200).

camponeses. Houve particularidades no processo de transição do feudalismo para o capitalismo nos países da Europa Ocidental. Utilizaremos dois momentos históricos importantes para expor como ocorreu a transição: a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa que ocorrem no século XVIII.

### 2.1.1 A Revolução Industrial Inglesa (século XVIII – XIX)

A revolução industrial inicia a mudança no processo de produção que repercute sobre os trabalhadores. No processo de cercamento, os camponeses são expulsos do campo e migram para as cidades em busca de emprego. Está surgindo na Inglaterra as primeiras formas de indústrias. Os trabalhadores que agora só possuem sua força de trabalho, vendem-na em troca de um salário para conseguir manter sua subsistência.

Segundo Beer (2006), no século XVII, “a Inglaterra tornou-se República<sup>5</sup>, mas conservou a antiga fachada monárquica”. Neste período, a indústria encontrava-se na fase de produção em domicílio ou em pequenas oficinas, embora já existisse um número de manufaturas que agrupasse muitos artesãos assalariados. Devido à extensão dos mercados e ao aumento geral da procura de produtos manufaturados, surgiu a necessidade de alterar radicalmente os antigos métodos de produção e de transporte. “A Inglaterra, antigamente um país agrário, rapidamente tornou-se um país industrial”. A partir de 1750, no lugar das comunidades aldeãs, surgiram enormes fábricas e centros industriais (BEER, 2006, p.353-54).

De acordo com Hobsbawm, “a Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos” (HOBSBAWM, 1986, p. 13). O processo de desenvolvimento industrial na Inglaterra prosperou rapidamente. Durante esse período houve uma mudança em todas as estruturas da sociedade britânica. Segundo Hobsbawm (1986) “em primeiro lugar, a Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social – e através dela” (HOBSBAWM, 1986, p.33).

---

<sup>5</sup> De acordo com Beer “a revolução burguesa, iniciada em 1642, sob formas e com alternativas diversas, continuou a se desenvolver até 1689, terminando pela vitória da burguesia e pela derrota da monarquia absoluta” (BEER, 2006, p. 353). Com o processo da revolução, a burguesia da Inglaterra, por meio de uma guerra civil (1640-1649) e da atuação do Parlamento, conseguiu combater o Estado Absolutista desse país e reformular a estrutura política, que culminaria no modelo da Monarquia Constitucionalista em 1688.

De acordo com Hobsbawm, este processo de industrialização da Inglaterra ocorreu de forma rápida, pois já “existiam as pré-condições para a industrialização no país”. Um dos fatores impulsionadores da industrialização na Inglaterra foi o cercamento de terras, iniciado no século XVIII, que culminou na “transferência de homens de atividades não-industriais para atividades industriais”. Além disso,

Não havia escassez de capital, relativa ou absoluta. O país não era simplesmente uma economia de mercado – aquela em que a maior parte dos bens e serviços fora do círculo familiar são comprados e vendidos –, mas em muitos sentidos formava um único mercado nacional. E possuía um setor manufatureiro extensivo e bastante desenvolvido, bem como uma estrutura comercial ainda mais desenvolvida (HOBSBAWM, 1986, p.37).

Outro fator importante é que o crescimento não foi apenas econômico. Houve também, neste período, um crescimento populacional significativo, pois a economia já era dinâmica. Tal fato resultava em “mão-de-obra em maior quantidade e mais barata”. Para Hobsbawm “mais gente decerto significa mais consumidores, isto decerto traz incentivo, tanto para a agricultura (pois essa gente tem de ser alimentada) como para as manufaturas” (HOBSBAWM, 1986, p.42).

O desenvolvimento industrial da Inglaterra foi marcado por fases industriais com predominância de produtos que contribuíram com o crescimento da economia. Inicialmente prevalecia a indústria têxtil, devido à alta produção de lã. Em seguida, “o mercado interno proporcionou a base geral para uma economia industrializada em grande escala e (através do processo de urbanização) incentivou grandes melhorias no transporte terrestre, uma importante base para o carvão” (HOBSBAWM, 1986, p. 48).

Durante essa expansão econômica da revolução industrial, outro elemento que contribuiu para o rápido crescimento econômico foi a exportação dos produtos. Aqui entra a participação importantíssima do governo (Estado), levando Hobsbawm a considerá-lo como “o terceiro fator da gênese da Revolução Industrial”. A colaboração do governo deu-se a partir da sua “disposição em empreender a guerra e a colonização em benefício dos manufatureiros” (HOBSBAWM, 1986, p.46). Vejamos como o referido autor descreve as mudanças ocorridas na produção na Inglaterra:

Assim, com notável rapidez e facilidade, surgiu entre as fazendas e aldeias brumosas de Lancashire um novo sistema industrial baseado numa nova tecnologia. E, como vimos, surgiu através de uma combinação do novo e do tradicional. A inovação

prevaleceu sobre o já estabelecido. O capital acumulado dentro da atividade substituiu as hipotecas de fazendas e as poupanças dos donos de estalagens; engenheiros ocuparam o lugar de tecelões-carpinteiros; teares mecânicos alijaram os tecelões manuais; e um proletariado fabril tomou o lugar de alguns estabelecimentos mecanizados operados por uma massa de trabalhadores domésticos dependentes. Nos decênios que se seguiram às guerras napoleônicas, gradualmente se dissiparam os antigos elementos da nova industrialização, e a moderna indústria deixou de ser a realização de uma minoria pioneira para se tornar a norma da vida de Lancashire. O número de teares mecânicos na Inglaterra cresceu de 2.400 em 1813 para 55.000 em 1829, 85.000 em 1833 e 224.000 em 1850, enquanto que o número de tecelões manuais, que se elevou até meados da década de 1820, chegando a um máximo de aproximadamente 250.000, diminuiu para pouco mais de 100.000 no começo da década de 1840 e para pouco mais de 50.000 famintos angustiados dez anos depois. Não convém esquecer o relativo primitivismo dessa segunda fase de transformação e a herança de arcaísmo que ela deixou atrás de si (HOBSBAWM, 1986, p.60).

Aos poucos, como consequência desse processo, a sociedade vai se dividindo cada vez mais em duas classes: “empregadores capitalistas e trabalhadores que nada possuíam senão sua força de trabalho, que vendiam em troca de salários”. A Revolução Industrial proporcionou o crescimento econômico, social e industrial da população britânica. Por outro lado, houve uma “dominação da economia na verdade, de toda a vida – pela procura e acumulação de lucro por parte dos capitalistas”. Portanto, para a menor parcela da população (a classe dominante) a Revolução Industrial foi sinônimo de enriquecimento, enquanto para “outras pessoas – aquelas impelidas para o novo sistema a contragosto e que nada ganhavam com ele senão o empobrecimento” (HOBSBAWM, 1986, p.62).

Segundo Beer (2006, p. 355), “os homens que realizaram essa transformação e que, assim, multiplicaram até o infinito as possibilidades de produzir riquezas eram, na sua maioria, operários e artesãos”. Dessa forma, cada vez mais se agrava o antagonismo entre pobres e ricos. Vejamos a crítica social de Thomas More:

Num país onde os nobres, os banqueiros e os cortesãos possuem grandes rendimentos, e onde os camponeses, os operários, agrícolas e industriais, e todos aqueles sem os quais seria impossível a coletividade viver, não possuem o menor vestígio de direito ou de justiça. A sorte dos trabalhadores, em país organizado, é pior que a de bestas de carga. A pobreza é seu salário, enquanto eles possuem forças suficientes para trabalhar. E o seu salário é a indigência e a miséria, quando a idade e as moléstias os inutilizam para o trabalho. E as leis são sempre contra eles. Se considerarmos tudo isso, é impossível não chegar à conclusão de que a ordem existente é uma conspiração de ricos, e que essa ordem tem como finalidade única a garantia de bem-estar dos ricos. Os crimes desapareceriam completamente se o dinheiro desaparecesse. Aliás, os próprios ricos compreendem isso. E eles mesmos poderiam perfeitamente modificar a ordem social, se não fossem tão orgulhosos. A felicidade dos ricos é a miséria da coletividade (MORE *apud* BEER, 2006, p.310)

A revolução industrial trouxe um desenvolvimento econômico extenso para a Inglaterra, mas ao mesmo tempo em que se aumentava a produção da riqueza, também aumentava o número de trabalhadores pauperizados. Isso porque, com a inserção da máquina no processo de produção, tinha-se o trabalho realizado de maneira mais rápida e não era necessário mais tantos trabalhadores. Sendo assim, gerou-se mais lucro para o capitalista, a consequência para a classe trabalhadora foi o aumento no número de desempregados. Ainda assim, os que conseguiam trabalho não viviam em condições muito melhores que os desempregados, pois os salários eram baixos, insuficientes para manter os custos básicos de alimentação, vestimentas e moradia.

### 2.1.2 A Revolução Francesa (século XVIII)

Vimos como se apresentava a situação dos trabalhadores na Inglaterra no século XVIII. Agora veremos como ocorreu a transição do feudalismo para o capitalismo na França, no mesmo século. Segundo Soboul, produção agrícola dominava a vida econômica na França, “no fim do Velho Regime, os camponeses franceses possuíam terras. Por isso, se opunham aos servos das corveias da Europa Central e Oriental e aos diaristas ingleses, livres, mas reduzidos a viver do seu salário, depois que os camponeses ingleses foram expropriados”. Vemos aqui que as transformações sociais ocorreram de forma diferente, cada país com sua particularidade (SOBOUL, 1974, p.45).

De acordo com Beer, “no reinado de Luís XIV, e, particularmente, no fim do século 17 e no começo do século 18, a situação da França parecia brilhante” (BEER, 2006, p.337). Mas as guerras de conquista arruinaram a vida econômica do país:

A nobreza transferiu-se de Paris para Versalhes e confiou seus domínios a intendentess, que se preocuparam unicamente em obter das propriedades a maior quantidade possível de dinheiro. Os camponeses gemiam sob o peso esmagador dos impostos, que os administradores e seus numerosos auxiliares arrecadavam de maneira brutal. Com a revogação do Edito de Nantes, os artesãos huguenotes foram obrigados a sair do país. Enquanto isso, a grande burguesia, os especuladores, os encarregados da arrecadação dos impostos e os usuários acumulavam formidáveis fortunas. Seus filhos adquiriam por grandes somas os cargos de juizes e os postos de funcionários. Quando Luís XIV morreu, o campesinato estava reduzido à mais completa miséria, a nobreza da corte procurava encarniçadamente ganhar dinheiro com facilidade e a burguesia já se achava enriquecida e, em parte, nobre. As longas guerras em que o país se empenhara haviam abalado profundamente a crença no trabalho e na economia. Todo mundo queria enriquecer rapidamente. A França entrou num período de especulações financeiras. Um certo João Law conseguiu, com as suas emissões de ações e de notas de banco, virar a cabeça de toda a França e precipitar o país em grave crise financeira (1720). Na época do reinado de Luís XV – de 1720, em diante, mais ou menos – surgiram na França os albosres da civilização industrial. A necessidade de liberdade, a partir desse momento, fez-se sentir com força cada vez maior. De 1750 em diante,

aproximadamente, os economistas começaram a se manifestar contra a intromissão do Estado na vida econômica contra o peso das tradições já senis e a reclamar a destruição de todos os obstáculos que impediam o curso natural das coisas (BEER, 2006, p. 337).

No fim do século XVIII “a proletarização das camadas inferiores se acentuou”, formando entre “os camponeses livres, os manobreiros ou braçais, diaristas agrícolas um proletariado rural cada vez mais numeroso”. Este processo ocorre devido a “consequência da reação senhorial e o agravamento das cargas feudais e monárquicas”. E mesmo com a alta dos salários, as condições de existência dos trabalhadores rurais se agravaram por causa do aumento nos preços dos cereais (SOBOUL, 1974, p. 46). De acordo com a exposição do autor havia naquele período várias camadas de camponeses em condições de existência diversas:

Bem próximo desses proletários rurais, muitos pequenos camponeses só tinham, para tirar seu sustento, uma terra insuficiente, seja uma propriedade, seja em locação; deviam em consequência, procurar recursos complementares no trabalho assalariado ou na indústria rural. (...). Os lavradores eram camponeses proprietários abastados e mesmo ricos. Possuíam bastante terra para viver independentes. Na massa de camponeses não constitui senão um grupo pouco numeroso. Os proprietários camponeses abastados beneficiaram-se com a alta dos preços agrícolas até os primeiros anos do reinado de Luís XVI. (...). Assim, a sociedade rural comportava tantas nuances e antagonismos quanto a sociedade urbana: grandes fazendeiros, meeiros e pequenos camponeses proprietários; por fim, a massa dos diaristas, depois os que possuíam casa e horta e arrendavam porções de terra, até os que nada possuíam a não ser os braços (SOBOUL, 1974, p.47-48).

A partir desta descrição do autor, podemos perceber as distinções sociais que havia mesmo entre os camponeses que possuíam melhores condições de vida e de trabalho. E até mesmo os níveis de pobreza, que no caso dos camponeses livres, mesmo com o aumento dos salários, não houve melhora na condição de subsistência, uma vez que o preço dos alimentos também subiu. E destacamos que já neste período de transição havia os camponeses que “nada possuíam a não ser os braços”. Soboul ressalta que “a exploração camponesa se afigurava, desse modo, em seu conjunto, de natureza ainda pré-capitalista no fim do século XVIII” (SOBOUL, 1974, p. 49).

Além das consequências da crise, que afetava diretamente os camponeses, esses ainda tinham que pagar impostos à aristocracia, aos senhores feudais e ao clero. Devido ao aumento dos impostos e pela alta dos preços, o camponês tinha cada vez menos dinheiro. Segundo Soboul, a crise do abastecimento dos cereais foi um dos fatores decisivos para a

explosão da Revolução. A situação era a seguinte: baixa dos salários e aumento no preço dos cereais, o que fez com que o custo de vida do povo fosse o mais duramente atingido, pois “o aumento no preço dos cereais resultava no aumento do preço do pão”, que era a principal fonte de alimentação dos camponeses no período, devido ao custo deste, que era mais acessível em relação às outras fontes de alimentação, como carne, batata, etc. (SOBOUL, 1974, p. 102).

Mudanças no campo político também ocorriam na França neste período. De acordo com Soboul “a monarquia absoluta e administrativa se afirmou a partir do reinado de Henrique IV, expandiu-se durante o de Luís XIV e sustentou-se durante todo o século XVIII”. O rei era a fonte de toda a atividade administrativa, podendo elevar os impostos sem consulta. Devido às necessidades de administração, o rei delegava uma parte da sua autoridade a cargos e ofícios: “Estados provinciais, Parlamentos, Assembleias do Clero”. Devido à crise financeira que ocorreu no século XIV “foram impostos aos monarcas os Estados-Gerais”, e esses tinham uma finalidade consultiva em que os reis estavam livres para não seguir. Desde 1614 “a monarquia absoluta se absteve de convocar os Estados-gerais” (SOBOUL, 1974, p.65).

No inverno de 1788, aconteceu na França, a crise mais violenta de todos os séculos. Em períodos normais, o camponês vivia do que cultivava, mas em períodos de crises ele tinha que pagar mais caro pelo alimento. Essa crise resultou num grande número de desempregados famintos. Segundo Soboul, “a Revolução não poderia ser bem-sucedida, se as massas camponesas permanecessem passivas, já que estas constituíam a maior parte da população”. As crises agravaram as pressões contra os camponeses, o que levou a que se juntassem à burguesia na superação do feudalismo. O progresso técnico que culminou na “modernização da agricultura implicou a destruição das sobrevivências feudais”, como também o “desaparecimento dos direitos coletivos” e o “agravamento da situação dos pobres” (SOBOUL, 1974, p.50). O fator mais importante das causas da Revolução Francesa para Soboul foi o “desamparo financeiro”:

os vícios do sistema fiscal, a má percepção dos impostos, a desigualdade tributária, foram os principais responsáveis. Sem dúvida, deve-se acrescentar aí o esbanjamento da corte, as guerras – e particularmente a Guerra da Independência dos Estados Unidos. A dívida pública aumentara em proporções catastróficas sob o reinado de Luís XVI: o serviço de seus interesses absorvia as receitas do reino. Num país próspero, o Estado achava-se à beira da falência. O egoísmo dos privilegiados, sua recusa em aceitar a igualdade tributária, obrigaram a realeza a ceder: a 8 de agosto de 1788, para resolver a crise financeira, Luís XVI convocou os Estados-Gerais. A velha máquina administrativa do Velho Regime afigurava-se, portanto, bem usada, no fim do século XVIII. Havia uma contradição evidente entre o teórico poder absoluto da monarquia e sua impotência real. A estrutura administrativa era incoerente à força da

complicação; as velhas instituições permaneciam, enquanto novas eram superpostas; malgrado o absolutismo e seu esforço de centralização, a unidade nacional estava longe de ser obtida. Sobretudo, a realza estava atacada de impotência devido aos vícios de seu sistema fiscal; mal repartido e mal percebido, o imposto não rendia: era suportado com impaciência crescente, até que recaía sobre os mais pobres. Nessas condições, o absolutismo real não correspondia mais à realidade. A força da inércia da burocracia, a pachorra do pessoal governamental, a complexidade e às vezes o caos administrativo não permitiram à monarquia resistir eficazmente quando a ordem social do velho regime foi abalada e careceu do apoio de seus defensores tradicionais (SOBOUL, 1974, p.79).

A miséria ocasionada pela crise do feudalismo, em si, apesar de ter contribuído, não foi a causadora sozinha da Revolução. Segundo Soboul, ela “mobilizou as massas populares no momento exato em que a burguesia, após um progresso sem precedente, era atingida em seus rendimentos e seu lucro” (SOBOUL, 1974, p.92). A burguesia tirou proveito da situação dos camponeses para derrotar o Velho Regime. Mas para a burguesia o que importava eram os interesses de sua classe. Então, após a revolução, eles começam a instituir políticas que só beneficiam o desenvolvimento da produção capitalista e conseqüentemente os proprietários.

Sendo assim, “a Revolução de 1789 foi dirigida pela minoria burguesa do Terceiro Estado, sustentada e impulsionada, nos períodos de crise, pelo imenso povo das cidades e dos campos” (SOBOUL, 1974, p.99). Segundo Soboul:

A 26 de agosto de 1788, Luís XVI nomeou Necker diretor-geral das finanças e ministro de Estado. Sem programa preciso, mais ao reboque dos acontecimentos do que os governando de fato, Necker não se deu conta da expansão da crise política e social; não prestou atenção suficiente à crise econômica que permitiu a burguesia mobilizar as massas. (...) Um período de vendas difíceis e de baixa dos preços atirou, de 1778 a 1787, numerosos vinhateiros na miséria. (...) Dessa forma, enquanto o preço dos cereais se elevava, em 1778-1789, a população vitícola, sobretudo, o vinhateiro-rendeiro e o diarista, desprovido de qualquer reserva foram esmagados (SOBOUL, 1974, p.102).

Nos primeiros meses de 1789 estouraram revoltas populares em diversas províncias. O povo das cidades reclamava o tabelamento dos cereais, “a agitação social coincidia com a agitação política”. Uma vez que o povo esperava a convocação dos Estados-Gerais como fora prometido pelo rei, esta foi marcada para 1º de maio de 1789. No entanto, o Parlamento de Paris “baixou um decreto em 21 de setembro de 1788 segundo o qual os Estados-Gerais seriam 'regularmente convocados e compostos segundo a forma observada em 1614', a aliança rompeu-se entre a aristocracia e a burguesia” (SOBOUL, 1974, p.103).

Em julho de 1789, a revolução estava preparada e “a soberania nacional fora substituída no plano jurídico do absolutismo monárquico graças a aliança dos deputados do Terceiro Estado, dos representantes do baixo clero e da fração liberal da nobreza” (SOBOUL, 1974, p.116). A aristocracia passa a se enfraquecer em termos de poderes políticos. O povo está cada vez mais unido à pequena burguesia, e devido à crise econômica as massas mobilizaram-se:

A colheita de 1788 fora particularmente má. Desde agosto, a alta do preço do pão fez-se sentir. (...) o vinho caíra a um preço ínfimo. Má colheita e má venda tinham o mesmo efeito: o poder aquisitivo das massas se reduzia. A crise agrícola repercutia, por sua vez, sobre a produção industrial já atingida pelas consequências do tratado de comércio de 1786. (...) Os operários não podiam obter aumento de salários, a produção jazia estagnada ou estava em regressão. (...) As desordens devidas à escassez e à carestia, numerosas desde a primavera de 1789, se multiplicaram em julho, quando a crise, às vésperas da colheita, chegou ao máximo (SOBOUL, 1974, p.116-7).

Em 14 de julho de 1789 acontece a Queda da Bastilha na França. Foi quando “a burguesia parisiense tirou proveito da vitória popular, apoderando-se da administração da capital”. Segundo Soboul, “se essa jornada consagrava a ascensão ao poder de uma nova classe, significava também a degradação do Velho Regime”. Enquanto ocorria este clima de vitória na capital, no campo “a revolta agrária ameaçava estalar”. A revolta agrária tinha como objetivo derrubar a aristocracia e “abolir os direitos feudais, o meio mais certo para isso consistia no incêndio dos castelos e seus arquivos ao mesmo tempo” (SOBOUL, 1974, p. 120-123). Neste período instala-se o “Grande Medo” na França:

O Grande Medo propriamente dito, no fim de julho de 1789, deu a esse movimento de revolta um impulso irresistível. As notícias que chegavam após o início de julho, de Paris e de Versalhes, deformadas, desmesuradamente aumentadas, adquiriram tintas novas à medida que penetravam de aldeia em aldeia. Revolta agrária, crise econômica, complô aristocrático, bando de salteadores, conjugavam seus esforços para criar uma atmosfera de pânico. Rumores circulavam, propagados por pessoas enlouquecidas; salteadores ceifavam o trigo ainda verdes, incendiavam aldeias. Para lutar contra esses perigos imaginários, os camponeses se armavam de foices, de forcados, de espingardas de caça, enquanto o toque de alarme espalhava o pânico de porta em porta. O pânico crescia à medida que se propagava. Miséria devida à exploração secular, fome e carestia de vida, receio da fome, vagos rumores ampliados, medo dos salteadores, desejo, enfim, de desembaraçar dos ônus do feudalismo, todos esses elementos concorreram para criar o clima do Grande Medo. As zonas rurais se transformaram; a revolta agrária e a *jacquerie*<sup>6</sup> derrubaram o regime feudal; comitês camponeses, milícias aldeãs se formaram. Da mesma forma que a burguesia parisiense

---

<sup>6</sup> A *jacquerie* ou revolta dos Jacques, foi uma insurreição camponesa que ocorreu no Norte da França entre 28 de maio e 9 de julho de 1358, durante a Guerra dos Cem Anos.

se armara e se apoderara da administração comunal, de forma idêntica os camponeses se serviam da força e dos poderes locais (SOBOUL, 1974, p.123-124).

O clima social fica cada vez mais efervescente, enquanto a burguesia está derrubando a aristocracia feudal e assumindo o poder, a classe produtora da riqueza está passando pelas consequências da crise da transição, além da miséria que afetava uma boa parte da população, enquanto a outra parte sofria com o medo. Surgem mais antagonismos entre as duas classes e a burguesia está mostrando qual o seu interesse: tomada do poder e lucros.

Devido às revoltas agrárias que ocorreram, a Assembleia Nacional pensa em uma forma de organizar a repressão. Foram tomadas decisões pela Assembleia Nacional na noite de 4 de agosto. De acordo com Soboul, “os sacrifícios da noite de 4 de agosto constituíam mais uma concessão às exigências do momento do que uma satisfação dada voluntariamente às reivindicações camponesas” (SOBOUL, 1974, p. 127). As decisões que foram tomadas não estavam registradas no papel:

A Assembleia Nacional aboliu inteiramente o regime feudal. Mas restrições singulares foram introduzidas nos decretos definitivos. Os direitos que pesavam sobre pessoas foram abolidos, mas os que oneravam as terras, declarados remíveis - o que equivalia admitir-se que os direitos eram percebidos em virtude de um contrato passado, há muito tempo, entre os senhores proprietários e os camponeses que arrendavam as terras. O camponês estava livre, mas sua terra, não; ele logo percebeu a singularidade de tais restrições, e que deveria as rendas até sua remissão completa (SOBOUL, 1974, p.127).

Ao verem as condições em que fora “abolido os direitos feudais” os camponeses perceberam que na prática não era vantajoso para eles, pois não tinham dinheiro suficiente para liberarem as terras. Em muitas regiões, organizaram-se novamente a resistência. A Assembleia mostrou-se intransigente às reivindicações. A solução para os camponeses foi “aguardar os votos da Assembleia Legislativa e da Convenção, na esperança de verem abolidas as consequências da noite de 4 de agosto e o feudalismo” (SOBOUL, 1974, p. 128).

Algumas semanas depois, em resposta às revoltas populares a “Assembleia Nacional destruiu o Velho Regime pelas decisões da noite de 4 de agosto; pela Declaração dos Direitos, ela começara a obra da reconstrução” (SOBOUL, 1974, p. 129). Em setembro, a crise se agrava e a situação da população também sofre os efeitos cada vez mais destrutivos:

As dificuldades econômicas permitiam, na realidade, mobilizar-se novamente o povo de Paris. A emigração não apenas drenava para fora da França grandes quantidades de numerários, pois os que se exilavam levavam consigo todo o dinheiro possível, mas

também atingira as indústrias de luxo e o comércio parisienses. O desemprego aumentava, enquanto o pão se tornava mais caro, mais de três *sous* a libra; as bateduras não haviam terminado; filas formaram-se, em setembro, à porta dos padeiros; os operários começavam a fazer manifestações para obter aumento dos salários ou exigir trabalho. Assim, os sapateiros reuniram-se nos Campos Elísios para fixar a tarefa salarial, nomear uma comissão encarregada de velar pelos seus interesses e recolher contribuições a ser empregadas em favor dos que estivessem sem trabalho. A incapacidade da Assembleia Nacional para regulamentar a questão da circulação dos cereais, a incúria da Câmara Municipal de Paris ante o problema dos gêneros e do abastecimento da capital, não haviam feito senão agravar a situação. Marat, no número 2 de *L'Ami du peuple*, salienta a responsabilidade da Comissão do Abastecimento da Câmara Municipal: 'Hoje (quarta-feira, 16 de setembro), os horrores da fome fizeram-se sentir de novo, as padarias estão cercadas, o povo pede pão; e é depois da colheita mais rica, em meio à abundância, que estamos às vésperas de morrer de fome. Pode-se acaso duvidar que não estejamos presos por acordos que visam a consumir nossa ruína? Será que devemos tal calamidade ao furor dos inimigos públicos, à cupidez dos monopolistas, à incapacidade ou à infidelidade dos administradores?' A agitação política ampliou-se por efeito da crise econômica. Em Paris, as assembleias dos 60 distritos administravam cada bairro e constituíam espécies de clubes populares (SOBOUL, 1974, p.131)

Enquanto estava se processando uma disputa de poder, entre aristocracia feudal e burguesia. O povo sofre as consequências da crise econômica que se expandia pelo país, aumentando o número de pessoas, que sentem os impactos da miséria. Porém, para a burguesia mais importava os acordos comerciais que seriam vantajosos para seus negócios.

Em outubro, explodem novas revoltas “cujas causas profundas devem ser encontradas na crise econômica e política”. Enquanto a maioria da população estava passando fome, em 1º de outubro de 1789 a família real oferece um banquete no castelo de Versalhes. Quando esta notícia chegou a Paris, o povo indignou-se.

Após essa série de revoltas populares, que ocorreu entre os meses de julho e outubro de 1789 na França, a burguesia sai vitoriosa com a ajuda do povo. Mas, a burguesia usa a população até o momento em que precisa de sua ajuda para chegar ao poder. Quando a burguesia conseguiu realizar seu objetivo retirou da Declaração dos Direitos as afirmações, que permitia à população participar da vida política e da administração. Em 1790, a Assembleia Constituinte tenta iniciar a reconstrução da França. De acordo com Soboul, “a Declaração dos Direitos do Homem constitui o catecismo da nova ordem”. Os constituintes construíram sobre uma formulação universal uma obra de circunstância “legitimando as revoltas passadas contra a autoridade real, tencionavam premunir-se contra qualquer tentativa popular visando a ordem que eles instauraram” (SOBOUL, 1974, p.154). A Declaração dos Direitos do Homem, tem um caráter burguês. A liberdade defendida por essa classe é a liberdade formal diante da lei. Defendem também o direito à propriedade, mas a propriedade privada burguesa, enquanto a imensa maioria nada possui. Os constituintes não se preocuparam com as contradições dessa

obra, pois esta atende os interesses de sua classe. É a partir deste momento que surge o liberalismo burguês:

Na Declaração dos Direitos, a igualdade foi associada à liberdade - afirmação de princípio que legitimava o rebaixamento da aristocracia e a abolição dos privilégios, mas que não autorizava as esperanças populares. Trata-se aqui, ainda, de igualdade civil. Entende-se a liberdade, a princípio, como liberdades públicas e políticas, mas em sua restrição censitária. Ela se aplica também à atividade econômica liberada de toda a restrição. O indivíduo livre é livre também para criar e produzir, para buscar o lucro e usá-lo à sua vontade. A Constituição liberal de 1791 se fundamenta no *laissez faire, laissez passer* (SOBOUL, 1974, p.158)

O liberalismo atendia aos interesses da burguesia. Assim, a revolução possibilitou a tomada do poder político, que ainda estava nas mãos do absolutismo feudal. Segundo Soboul, “a produção capitalista nascera e começara a se desenvolver no quadro do regime ainda feudal da propriedade: o quadro estava agora partido. A burguesia constituinte acelerava a evolução mediante a liberação a economia” (SOBOUL, 1974, p. 167). Este processo facilitou o caminho para a sua hegemonia no plano econômico e político agora.

Após a revolução, várias transformações ocorreram na França, em níveis políticos, econômicos e sociais. Muitas agitações sociais ainda aconteceram no período, devido ao encarecimento dos meios de subsistência, a insuficiência dos salários que atingia diretamente a classe trabalhadora. Enquanto a classe dominante buscava medidas para conter a crise ocasionada pelas guerras, uma destas medidas foi a impressão de moedas sem ter capital suficiente, a classe trabalhadora lutava para sobreviver com seus salários cada vez mais baixos e os alimentos cada vez mais caros.

As revoltas camponesas que ocorreram entre os séculos XIV e XV na Europa Ocidental, a crise do feudalismo e o desenvolvimento do comércio marcam a transição para um novo modo de produção, o modo de produção capitalista. Porém, isto aconteceu de maneira lenta; a decadência do feudalismo ainda perdurou por vários séculos, convivendo, neste período, elementos da velha ordem juntamente com os da nova sociedade que surgia. Para Marx (1998, 2003), o sistema de produção capitalista inaugura uma nova forma de socialização: a vida humana agora passa a ser reduzida ao status de mercadoria, devido a mudança na forma de acumulação. Há uma mudança na forma de produção e acumulação no capitalismo que o diferencia dos modos de produção precedentes. A acumulação primitiva ou originária de capital foi um processo fundamental que propiciou as condições necessárias para o aparecimento do capitalismo. (NETTO; BRAZ, 2012).

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2003, p. 340). A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela. (MARX, 2003, p. 340). Nesse processo, teremos o surgimento de duas classes: os capitalistas e os trabalhadores assalariados. No processo de transição do feudalismo ao capitalismo, os trabalhadores se uniram a burguesia para derrotar a monarquia feudal. Após a derrocada da monarquia, a burguesia se vira contra os trabalhadores, e os ilude com a falsa promessa da liberdade, transformando-os em trabalhadores assalariados, ou como citamos acima, reduz a vida humana a uma mercadoria. Os trabalhadores são expulsos das terras, dos campos e se veem obrigados a migrar para as cidades em busca de trabalho para sobreviver. Nesse processo de transição, em que levou séculos para o capitalismo se consolidar, é importante destacar os cercamentos de terras, onde os camponeses são expulsos do campo e migram para as cidades em busca de emprego. Esse movimento de exclusão dos trabalhadores ao seu meio de sustento, as terras produtivas, durante a transição do feudalismo ao capitalismo, através de sua transformação em propriedade, que acontecia na Inglaterra e se intensificou a partir do século XVII. Assim, teremos de um lado: os capitalistas, detentores da riqueza e dos meios de produção; e do outro: os trabalhadores, produtores da riqueza, que possuem apenas sua força de trabalho para vender ao capitalista.

## **2.2 Os fundamentos constitutivos do capitalismo**

De acordo com Marx, alguns fatores contribuíram para que a acumulação primitiva de capital se tornasse possível, dentre eles, podemos destacar

o roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna. (MARX, 1996, p. 274-275).

Além disso, os cercamentos de terras ocorridos na Inglaterra a partir do século XVI, em decorrência do florescimento da indústria de lã, ocasionaram a expulsão de milhares de camponeses das terras, dando lugar à criação de ovelhas. Isso resultou na separação entre os produtores diretos e os meios de produção, liberando trabalhadores “livres” para a indústria nascente, e ainda, numa concentração e acumulação de riqueza. (MARX, 1996).

Segundo Marx, “a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge”. (MARX, 1996, p. 267). Sabemos que ainda na transição do feudalismo ao capitalismo alguns elementos do capital<sup>7</sup> começam a surgir, e muitos outros elementos se concretizam já no capitalismo a partir da mudança na forma de produção e em todo processo de circulação de mercadorias.

Segundo Mandel, “a passagem da sociedade pré-capitalista à sociedade capitalista representa a penetração do capital na esfera da produção”. (MANDEL, 1975, p. 27). Neste, o capital se apropriou dos meios de produção e penetrou na produção propriamente dita. Sabemos que a separação dos produtores dos meios de produção é uma das características primordiais do capitalismo. Diferente do que ocorria no modo de produção precedente em que o servo estava ligado à terra e dispunha de uma base para prover suas necessidades, mesmo tendo que produzir para o senhor feudal, sua sobrevivência não estava relacionada a vender sua força de trabalho como passa a ser no capitalismo. Ou seja, temos como característica do capitalismo a mudança na forma de produção. No capitalismo, o trabalhador possui apenas sua força de trabalho para vender ao capitalista. (MANDEL, 1975, p.27)

Uma outra característica do modo de produção capitalista é a “concentração dos meios de produção sob a forma de monopólio entre as mãos de uma só classe social, a classe burguesa”. A diferença aqui do modo de produção precedente em que se passava de geração para geração os meios de produção, com o advento da revolução industrial e o desenvolvimento do maquinismo se tornou cada vez mais necessário a acumulação de capital, para começar uma nova indústria. Não era acessível aos trabalhadores este maquinário, tornando-se cada vez mais concentrada a riqueza nas mãos de poucas pessoas. Desta forma, temos a aparição do proletariado moderno,

surge uma classe social que não tem outros bens para além dos seus próprios braços, não tem outros meios de prover suas necessidades senão a venda da sua força de trabalho, mas que é ao mesmo tempo livre de a vender e que a vende, por conseguinte aos capitalistas proprietários dos meios de produção. (MANDEL, 1975, p. 27-30).

---

<sup>7</sup> Na apresentação do livro Para Além do Capital, Antunes nos diz que: “Para Mézáros capital e capitalismo são fenômenos distintos (...), o capital que antecede ao capitalismo é a ele também posterior. O capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes do sistema reprodutor de mercadorias (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, (...)”. (MÉSZÁROS, 2011, p.16).

Contudo, a manufatura<sup>8</sup> não era capaz de absorver todos os camponeses expropriados das terras, e muitos deles não conseguiam se enquadrar às novas condições de produção. Deste modo, muitos se transformaram em esmoleiros, assaltantes, vagabundos, “por predisposição ou força das circunstâncias”, (MARX, 1996, p. 276) na maioria das vezes. Assim, surgiu na Europa Ocidental uma legislação sanguinária, no final do século XV e que perdurou por todo século XVI, contra a vagabundagem. (MARX, 1996) Desse modo, “os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*” (MARX, 1996, p. 275) e enquadrados por “leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (MARX, 1996, p. 277). Segundo Marx,

a produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. Com respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações, a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada (MARX, 1996, p. 439).

Logo, a conversão dos camponeses em trabalhadores assalariados não se processou de maneira natural, eles foram duramente reprimidos e forçados a aceitar as condições sociais da nova ordem que se estabelecia. Essas são as condições de acumulação primitiva, tais como nos diz Marx:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1996, p.340).

Nessas condições, com o desenvolvimento de novas técnicas de produção, aumentando as condições de criação de produtos, a inserção da maquinaria no processo de produção ao invés de facilitar o trabalho do assalariado, substituiu mão de obra e deixou milhares na miséria. Ainda de acordo com Marx:

---

<sup>8</sup> De acordo com Marx, a manufatura era baseada na divisão do trabalho manual. (MARX, 1996, p. 153)

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Para os trabalhadores pauperizados, deve ser grande consolo acreditar, por um lado, que seu sofrimento seja apenas “temporário” (*a temporary inconvenience*), por outro, que a maquinaria só se apodera paulatinamente de todo um setor da produção, ficando reduzida a dimensão e a intensidade de seu efeito destruidor. Um consolo bate o outro. Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais horrendo do que a progressiva extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses, arrastando-se por décadas e consumando-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram com suas famílias a 2 1/2 pence por dia (MARX, 1996, p. 62).

A maquinaria gerou um processo de desalojamento dos operários artesãos e os produtores individuais, que se viram agora na condição de assalariados, tendo nessa etapa, um grande passo vitorioso do capitalismo. Esse período – de acumulação primitiva – dura até o século XIX, quando se confunde com a própria noção de acumulação capitalista, e se configura como a separação – forçosa – do produtor direto com seus meios de produção. Agora, os meios de produção estavam nas mãos do capitalista e aos proletários pertencia só a sua força de trabalho para ser vendida e isso origina a apropriação de mais-valia retirada desse proletário. Vejamos,

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão (MARX, 1996, p. 253).

Marx, em a lei geral da acumulação capitalista, nos mostra que neste modo de produção “o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes” (MARX, 1996, p. 253), ou seja, a produção é subordinada ao desenvolvimento do capital e não voltada para atender as necessidades do trabalhador. Com o aumento da tecnologia no processo de produção, aumenta-se a velocidade e a quantidade de produtos jogados para serem consumidos, aumentando-se assim o lucro – razão de ser do capitalismo – e conseqüentemente as péssimas condições trabalhistas, pois para aumentar o lucro, aumenta-se a exploração diretamente proporcional, e como diz Marx “o ser humano é dominado pela obra de sua própria mão” (MARX, 1996, p.253). Assim,

As demais circunstâncias permanecendo as mesmas e com uma jornada de trabalho dada, a exploração do dobro do número de trabalhadores exige igualmente a duplicação da parte do capital constante despendida em maquinaria e construções, bem como a da despendida em matéria-prima, materiais auxiliares etc. Prolongando-se a jornada de trabalho, amplia-se a escala da produção, enquanto a parte do capital despendida em maquinaria e construções permanece a mesma. Por isso, não só cresce a mais-valia, mas diminuem as despesas necessárias à exploração da mesma. Na verdade isso também ocorre mais ou menos em todo e qualquer outro prolongamento da jornada de trabalho; aqui torna-se mais importante porque a parte do capital transformada em meio de trabalho é em geral mais importante. O desenvolvimento da produção mecanizada fixa uma parcela sempre crescente do capital numa forma em que ele, por um lado, é constantemente valorizável e, por outro, perde valor de uso e valor de troca assim que seu contato com o trabalho vivo é interrompido (MARX, 1996, p. 38-39).

Com o triunfo da maquinaria e o ápice na qualidade dos produtos, o aumento na produtividade do trabalho é o resultado da chamada Revolução Industrial, que foi a transição da manufatura e do sistema fabril para o desenvolvimento do comércio e, conseqüentemente, do comércio em escala mundial. Esse processo é produto da realidade, não da vontade da burguesia ou das baixas condições de reação do proletariado. Mas toda a forma de produção se insere sobre a relação capital-trabalho, condição antagônica e a dialética das classes opostas que movimentam o capitalismo e as formas de ser e existir nele.

A relação contraditória entre trabalho e capital é correlata a relação entre valor de uso e valor de troca. A subjugação do valor de uso pelo valor de troca, torna-se a sua própria negação de existência, e ambas estão inseridas no processo de trabalho do capitalismo, uma vez que possibilita a reprodução da existência e a forma máxima de exploração. No entanto, o processo de produção voltado para valores de uso, não é exclusivo do capitalismo, uma vez que a relação entre trabalho e a transformação da natureza é uma condição eterna e necessária da humanidade para produzir sua vida em qualquer modo de produção. Porém, no capitalismo essa produção

adquire uma característica definidora. A produção para valor de troca, com o objetivo de produzir mais-valia. Assim, a exploração do trabalho é a forma de acumulação de riqueza para o Capital. Nas palavras de Marx:

a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. (MARX, 1996, p.105)

O trabalho no capitalismo se difere dos modos de produção precedentes, uma vez que o trabalhador só possui sua força de trabalho para vender ao capitalista. O valor do trabalho no capitalismo está submetido à lei do valor como as demais mercadorias. Assim, o valor do trabalho em forma de salário corresponde ao necessário para assegurar a sobrevivência do trabalhador e sua família. Segundo Mézáros:

Antes de mais nada, a *produtividade* do capital, mesmo quando se considera apenas a subordinação formal do trabalho ao capital, consiste na *compulsão de produzir o trabalho excedente*; trabalhar além das necessidades imediatas do indivíduo. O modo de produção capitalista compartilha essa compulsão com modos de “produção anteriores, mas o exerce e o realiza de maneira mais favorável à produção”. O capital também é produtivo, “absorvendo dentro de si e apropriando-se das forças produtivas do trabalho social e das forças sociais da produção em geral”. (MÉSZÁROS, 2011, p.203)

O desdobramento dessa relação capital-trabalho, mola propulsora do desenvolvimento do capitalismo, acontece com intensidade e se configura a partir das condições de trabalho; o trabalho excedente, o que sobra do tempo de trabalho socialmente necessário é a mais-valia do capitalista. Assim, o sistema de produção – capitalismo – erguido em cima da relação capital-trabalho se apresenta com os produtores enquanto personificações desse trabalho. É da exploração do trabalho que vem a riqueza dos capitalistas, a finalidade da produção no capitalismo não é a sobrevivência da humanidade, ao contrário, é a acumulação e concentração de capital, pouco importando aos capitalistas a situação da classe trabalhadora. E assim:

A lei do valor, por exemplo, que regula a produção do valor excedente, ‘parece infligida pelos capitalistas uns sobre os outros e sobre os trabalhadores – e, por

isso, aparece de fato apenas como uma lei do capital atuando contra o capital e contra o trabalho'. O trabalho – em suas personificações gerais e nas particulares – é profundamente afetado pela subordinação estrutural ao capital em todos os aspectos. Esta é uma relação antagônica da maior intensidade, com sua inegável influência sobre as limitações e potencialidades produtivas de todo o sistema do capital. Essas contradições também surgem nos lugares onde menos seriam esperadas, surgindo até mesmo das realizações positivas da relação-capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 203)

Essa contradição faz parte do modo de produção capitalista, conforme citamos acima, ao capitalista importa apenas a produção da riqueza para sua acumulação de capital. Nesse sentido, independente do quanto o trabalhador produza, ele receberá apenas o necessário para se manter vivo e reproduzir. É importante diferenciar trabalho e força de trabalho. O trabalho é o uso da força de trabalho a partir de suas aptidões físicas e intelectuais. Portanto, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, a força de trabalho no processo produtivo cria mais valor que o contido no salário. Este valor excedente que é apropriado pelo capitalista em forma de mais-valia. Assim, segundo Mézáros,

o “caráter social” etc., do trabalho do trabalhador o enfrenta, tanto “conceitualmente” como “de fato”, não apenas como alheio, mas hostil e antagônico, como também *objetivado e personificado* no capital. (...) No capital, tal como no dinheiro, *relações sociais de produção definidas entre pessoas* são expressas como *a relação de coisas* com pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem como *características sociais naturalmente pertencentes* a coisas... Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando suas próprias condições objetivas o encontram como forças egoístas, como propriedade alheia, valor existente por si mesmo e apoiado em si próprio, em resumo, como capital. ... essas condições objetivas devem, do ponto de vista formal, enfrentar o trabalho como poderes estranhos, *independentes*, como valor – trabalho objetivado – para o qual o trabalho vivo não passa de um meio de sua própria preservação e expansão. (MÉSZÁROS, 2011, p.707-708)

Mézáros na citação acima, nos mostra como o trabalho no capitalismo enfrenta uma situação de estranheza no próprio processo de produção, uma vez que o trabalho não passa de um meio de sua própria preservação. O modo de produção capitalista se consolida à medida que dispensa os processos de acumulação originária e difunde processos específicos de exploração e valorização do capital, que resultam na produção de mais-valia. A tese marxista segundo a qual o capital (o capital não é uma coisa, é uma relação social, relação de exploração dos proletários pelos capitalistas) contém dois componentes distintos – o constante e o variável – nos leva a compreender a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora, os fatores mais importantes são “a composição do capital e as modificações que ela sofre no transcurso do processo de acumulação”. (MARX, 1996, p.245).

Assim, podemos afirmar que o capital constante representa trabalho morto, cristalizado e acumulado nos meios de produção. Durante o processo de produção seu valor não tem alteração, permanece constante. Já o capital variável aplica-se nos salários que compram a força de trabalho, e por isso representa a parte do capital que varia no processo de produção dependendo das circunstâncias, uma vez que se incrementa pela produção da mais-valia. A valorização do capital variável em maiores ou menores salários, dá lugar a valorização do capital em sua totalidade.

Embora seja necessário compreender a composição do capital e as transformações que ela sofre no processo de acumulação, e mesmo que em alguns momentos os assalariados estejam em circunstâncias mais favoráveis, elas não modificam, no entanto, o caráter básico da produção capitalista. Assim,

como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele. (MARX, 1996, p.246)

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. “Acumulação do capital, é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 1996, p. 246).

Desta forma, a sociedade capitalista é dividida em duas classes fundamentais permeadas por interesses antagônicos, a classe burguesa, proprietária dos meios de produção e a classe trabalhadora, possuidora unicamente de sua força de trabalho. Esta última, para sobreviver, precisa vender sua força de trabalho no mercado em troca de um salário. Na jornada de trabalho, o tempo de trabalho é dividido em dois momentos, “o tempo de trabalho necessário, onde o trabalhador produz o valor equivalente para sua reprodução referente ao salário e o tempo de trabalho excedente, a dizer a mais-valia, apropriada pelo capitalista”. (NETTO; BRAZ, 2012). É importante salientar que o trabalho é o uso da sua força de trabalho, a força de trabalho é a mercadoria que o trabalhador vende ao capitalista em troca de um salário. Segundo Marx, “o trabalhador só pode vender o que possui, ou seja, sua força de trabalho”. Como citamos anteriormente, o valor da força de trabalho em forma de salário corresponde ao necessário para o trabalhador sobreviver e continuar produzindo. Assim, essa “condição não se altera de modo algum por o capitalista comprar 100 forças de trabalho em vez de uma, (...) o capitalista paga,

portanto, o valor de 100 forças de trabalho independentes, mas não paga a força combinada dos 100”. Essa força produtiva que o trabalhador desenvolve, é portanto, força produtiva do capital (MARX, 1996, p.449).

O novo modo de produção assim nascido representa antes de tudo novas relações sociais de produção. O nascimento deste modo de produção implicou um impulso das forças produtivas. A burguesia para existir precisa subverter constantemente de maneira revolucionária em relação aos modos de produção anteriores “os instrumentos do trabalho, as relações de produção, todas as relações sociais”. (MANDEL, 19868, p. 58). Assim, na pós-revolução industrial e com o crescimento e desenvolvimento do processo de produção, existe a necessidade de escoamento cada vez mais amplo de seus produtos, levando-a a percorrer todo o globo terrestre. “Em toda parte, ela deve se infiltrar, em toda parte começar a construir, em toda parte fazer ligações”, para que o modo de produção capitalista se expanda. (MANDEL, 1968, p. 58)

A burguesia para se manter no poder e expandir o modo de produção capitalista remodelou a produção e o consumo de todos os países. Pelo melhoramento rápido dos meios de produção, pelas comunicações facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo em países que ainda não haviam feito a transição ao capitalismo, como a França, onde a burguesia se une aos trabalhadores para derrotar a monarquia e assumir o poder, a qual submeteu o campo à dominação da cidade, levando os trabalhadores a viver sob as condições que detalhamos anteriormente.

Assim, a burguesia aglomerou a população, centralizou a produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. Submeteu as forças da natureza; criou o maquinismo; aplicou a química à indústria e à agricultura; organizou a navegação a vapor; construiu estradas de ferro e o telegrafo elétrico; abriu continentes inteiros à cultura; tornou os rios navegáveis. As realizações do modo de produção capitalista se deram às custas da exploração da força de trabalho e serviram para demonstrar, de maneira ainda mais gritante, as contradições que ela produz ao mesmo tempo. Uma vez que o capital não pode crescer sem desenvolver, sem que aperfeiçoe suas formas de exploração do proletariado.

Temos no capitalismo a exploração da força de trabalho mediada pela lei do valor, devido à necessidade crescente do capitalista de extração do excedente. Desta forma, a concentração da riqueza social nas mãos de uma classe social implica uma concentração de miséria na outra classe social. Para explicá-lo, é preciso partir da análise do elemento de base dessa riqueza, a mercadoria. (MANDEL, 1968)

Sabemos que no capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria, uma vez que segundo Marx, “a diferença entre o valor de troca da força de trabalho e a massa dos meios de subsistência, em que se converte esse valor, apresenta-se agora como diferença entre salário nominal e salário real”. (MARX, 1996, p.173). Nesse caso,

é evidente que uma diminuição do trabalho não-pago de modo algum entrava a expansão do domínio do capital. — Ou, este é o outro lado da alternativa, a acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, pois o aguilhão do lucro embota. A acumulação decresce. Mas, com seu decréscimo, desaparece a causa de seu decréscimo, ou seja, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O preço do trabalho cai novamente para um nível correspondente às necessidades de valorização do capital (MARX, 1996, p. 252)

Assim, o valor da força de trabalho, o salário, muda de acordo com a época de desenvolvimento do capitalismo, mas isto não altera sua essência exploradora. Salários mais altos ou mais baixos para os trabalhadores, não altera extração da mais-valia pelos capitalistas. Esse processo de exploração da força de trabalho e extração da mais-valia proporciona o desenvolvimento do capitalismo. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista, e com o modo de produção capitalista, a acumulação do capital. (MARX, 1996, p. 252). Portanto,

A mais-valia só se origina da parte variável do capital e vimos que a massa da mais-valia é determinada por dois fatores, a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados. Dada a duração da jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se divide em trabalho necessário e mais-trabalho. Ela transforma parte do capital, que antes era variável, isto é, que se convertia em força de trabalho viva, em maquinaria, portanto em capital constante, que não produz mais-valia. Essa contradição imanente se evidencia assim que, com a generalização da maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, ao prolongamento mais violento da jornada de trabalho, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto. (MARX, 1996, p.39-40)

Para que possam aumentar a acumulação de capital, os capitalistas não se importam com quais meios irão utilizar para explorar a força de trabalho. A força de trabalho, passa a ter um valor que não corresponde ao que ela produz. Assim, segundo Marx

a acumulação de capital, que apareceu originalmente só como sua ampliação quantitativa, realiza-se, como vimos numa alteração qualitativa contínua de sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável. (MARX, 1996, p.261)

Em outras palavras, o crescimento da parte variável do capital, e, portanto, o número de trabalhadores ocupados, estão sempre ligados a fortes flutuações e a produção transitória da superpopulação. Ou seja, os trabalhadores estão sempre à mercê do processo de expansão e valorização do capital. Segundo Marx,

o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização<sup>9</sup> possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força do trabalho pelo capitalista. (MARX, 1996, p.262).

Este é o grande objetivo da produção capitalista, a autovalorização do capital. Para que ocorra essa produção de mais-valia, o capital vai usar de todas as artimanhas possíveis para explorar a força de trabalho. Com isto, os trabalhadores percebem que à medida que produzem riquezas e esta não altera sua situação, ao contrário é apropriada por outra classe, revoltam-se e começam a lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Assim, “os operários reagem à excessiva exploração da força de trabalho, que fundada na mais-valia absoluta, estendia a jornada de trabalho. Como também, contra a exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos”. (MARX, 1996, p. 447). A luta da classe operária, com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e do valor da força de trabalho, põe em evidência a “questão social”<sup>10</sup> para sociedade. Nesses conflitos que começam a surgir entre o capital e o trabalho, os capitalistas junto com o aparato do Estado utilizarão de todas as formas de repressão para conter esses trabalhadores. (MARX, 1996, p. 447)

A burguesia, para lidar com a pressão dos trabalhadores, utiliza-se de estratégias que vão desde a ação do Estado por meio da repressão direta, até concessões pontuais na forma de legislações fabris, mas em geral seguidas pela burla da ação pública. Desta maneira, no momento em que os trabalhadores empobrecidos se organizam e oferecem resistência às más condições de existência, o “fenômeno do pauperismo adquire conotação política e passa a ser denominado de ‘questão social’”. (PIMENTEL, 2016, p. 3).

---

<sup>9</sup> Ainda sobre este tema Mészáros cita Marx: A autovalorização do capital (criação da mais-valia) é, portanto, o objetivo determinante, dominante e subjugante do capitalista, força motriz absoluta e conteúdo de sua ação, de fato apenas impulso objetivo racionalizado do açambarcador. Este é um conteúdo totalmente miserável e abstrato, que faz o capitalista parecer tão subjugado à relação do capital quanto o trabalhador no extremo oposto, ainda que sob ângulo diferente (MARX, 1861-63, p. 398-9 *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 203).

<sup>10</sup> Por “questão social” entenda-se “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho”. (FILHO, *apud* NETTO, 2006, p.17).

Assim para controlar o processo de produção capitalista será necessária uma direção para garantir um funcionamento “harmonioso”, que segundo Marx esta direção capitalista é dúplice “em virtude da duplicidade do processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital, ela é quanto à forma despótica”. (MARX, 2003, p. 448). Portanto, com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo desenvolve suas formas peculiares. Com o desenvolvimento da produção, o capitalista se libertando do trabalho manual e atingindo uma grandeza mínima em sua produção e rendimentos, ele passará a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados.

Ao comparar essa função de supervisão com os modos de produção precedentes, Marx nos diz que o economista político considera esse trabalho de superintendência como um dos “*faux frais de production*”. Assim,

O capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele torna-se comandante industrial porque ele é capitalista. O comando supremo na indústria torna-se atributo do capital, como no tempo feudal o comando supremo na guerra e no tribunal era atributo da propriedade fundiária. (MARX, 1996, p. 448-449).

Sabemos que durante o processo de transição ao capitalismo a burguesia se aproveitou da classe trabalhadora para fazer as revoluções, e em seguida assumiu o comando. Expulsando os camponeses de suas terras, expropriando todos os meios de trabalho. Ao utilizar estes meios citados, juntamente com a exploração da força de trabalho para gerar e acumular capital, a burguesia se torna a classe capitalista. Ainda segundo Marx,

a direção capitalista (a personificação do capital) não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria prima de sua exploração. (MARX, 1996, p. 447)

Com a transformação da burguesia em classe capitalista, ela se torna a dominante nesta nova forma de produção. Ela surge com a finalidade de dominar o processo de exploração do trabalho. E para isso precisará de um grande aliado no processo de controle dos trabalhadores, o Estado. O Estado capitalista acompanhou as diversas fases deste, agindo de maneira favorável aos capitalistas e mantendo os trabalhadores controlados. No capitalismo concorrencial

a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e, coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda; a combinação desses vetores. (NETTO, 2006, p. 26)

Netto destaca ainda que “o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados”. (NETTO, 2006, p. 24). Ou seja, cada vez mais a classe trabalhadora é afastada da riqueza que é fruto de seu exaustivo trabalho, amplia-se a polarização entre riqueza e pobreza. No capitalismo monopolista as funções do Estado se expandem, além de políticas, passa a ter também funções econômicas, sua atuação é voltada para garantir os superlucros dos monopólios. Nas palavras de Netto,

O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto das condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (NETTO, 2006, p. 26).

O Estado passa a agir de forma pontual nas sequelas da “questão social”, buscando amenizar as necessidades dos trabalhadores. Através da institucionalização de políticas sociais, que surgem como benesses do Governo para apaziguar as condições de contradição do trabalhador, atuando como simbologia ideológica de que este é preocupação do Estado. Portanto, de acordo com Mészáros,

Realiza-se uma ação corretiva – em grau praticável na estrutura do sistema do capital – pela formação do Estado moderno imensamente inchado e, em termos rigorosamente econômicos, perdulariamente burocratizado. Na verdade, tal estrutura corretiva pareceria bastante questionável do ponto de vista do próprio capital, *par excellence* a entidade econômica que prega a eficiência. (Este tipo de crítica inútil é um tema constantemente recorrente em algumas escolas de teoria econômica e política burguesa, que defendem – em vão – a “necessária disciplina da boa administração”.) Portanto, é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica. (MÉSZÁROS, 2011, p.106)

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é por regra geral, o Estado da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante. No capitalismo, o Estado Moderno é totalmente funcional ao capital. Ele se remodela, de acordo com a necessidade do momento histórico para continuar cumprindo sua função social. Segundo Mészáros (2011),

a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

O referido autor é esclarecedor em pontuar a função do Estado, como defensor dos interesses da classe dominante e controlador dos trabalhadores. Vemos assim, a função social do Estado no desenvolvimento do capitalismo.

Por fim, “a forma historicamente específica de dominação e exploração do trabalho característica do capital se apoia, ao fim e ao cabo, sobre fundamentos com raízes muito profundas na história”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 709).

Vimos nessa seção os fundamentos do modo de produção capitalista, mas para iniciar a discussão, julgamos necessário tratar dos elementos históricos fundamentais à transição do feudalismo ao capitalismo para compreender o processo histórico que culminou nesta nova forma de produção e em seguida abordar os fundamentos constitutivos do capitalismo. Estudar esse processo histórico se fez necessário, pois se trata da base do estudo que desenvolveremos na próxima seção. Nosso foco, enquanto pesquisadora, é a desigualdade no capitalismo, porém, no presente trabalho investigaremos a causa da desigualdade, primeiramente, com foco na produção e distribuição da riqueza social no capitalismo. Como a desigualdade não se autoexplica, é necessário ir às raízes do problema.

### **3. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA SOCIAL NO CAPITALISMO**

Produção e distribuição são um dos elementos constitutivos do capitalismo, para compreender as causas da desigualdade é preciso ir aos fundamentos. Optamos neste texto em utilizar estes dois temas: produção e distribuição. Na seção anterior tratamos dos elementos históricos fundamentais à transição do feudalismo ao capitalismo, e dos fundamentos constitutivos do capitalismo. Depois de trazermos os elementos base constituintes do capitalismo, que são essenciais para compreendermos os temas os quais serão tratados nesta seção, detemo-nos agora nestes dois temas escolhidos que são vitais para compreender as causas da desigualdade no capitalismo.

Sabemos, com base em Marx, que “a produção e circulação de mercadorias é o pressuposto geral do modo de produção capitalista”. (MARX, 1996, p. 468). Diferente dos modos de produção precedentes em que a produção era apenas para valor de uso, realizando-se apenas no “uso ou no consumo, os valores de uso constituem o valor material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. No capitalismo, o valor de uso constitui ao mesmo tempo “o portador material do valor de troca”. (MARX, 1996, p. 166). Nesta seção examinaremos os fundamentos da produção para valor de uso, da produção para valor de troca e os fundamentos da distribuição no capitalismo.

#### **3.1 Produção para valor de uso**

Para tratar do tema desta subseção usamos a abordagem que Marx faz da mercadoria em *O Capital*. Segundo o autor, “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa”. (MARX, 1996, P. 165). Desta forma, a produção no capitalismo “não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção”. (MARX, 1996, p.165).

A mercadoria, objeto da produção, pode ser útil em diversos aspectos, assim ela é encarada sob um duplo ponto de vista. Tanto para valor de uso, como para valor de troca (que

abordaremos mais detalhadamente na próxima subseção). É importante iniciarmos a discussão tratando da mercadoria, para mostrar como no capitalismo ocorre essa mudança.

Na produção voltada para valor de uso, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, essa utilidade, porém não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo”. Assim, “o corpo da mercadoria, seja ferro, trigo, etc. é, portanto, um valor de uso ou bem”. Isto não depende de se “a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho”. O “exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa”. Desta forma, “o valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. (MARX, 1996, p.166). A produção depende da força de trabalho nela empregada, vejamos:

O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. (MARX, 1996, p.168-69)

Sabemos que no processo de produção da mercadoria, além da matéria-prima e dos instrumentos de trabalho, utiliza-se também a força de trabalho. Segundo Marx, “é apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor”. Portanto, “o valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra.” (MARX, 1996, p. 166). Nas sociedades precedentes, como no capitalismo existia a produção para valor de uso, com base na exploração do trabalho por parte da classe dominante de cada período histórico. Segundo Marx,

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados

naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso, mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor. (MARX, 1996, p.170-71)

A produção para valor de uso tem como finalidade satisfazer as necessidades sociais, mesmo em determinados momentos históricos quando já existia a troca de produtos entre si, era uma troca para satisfazer necessidades sociais. Ainda não estava inserida a complexidade das relações sociais no capitalismo, onde produção passa a ser para atender a necessidade de reprodução do capital e a troca complexificasse, sendo acrescida a mais-valia. Esta troca mais complexa, detalharemos mais na subseção que trataremos da produção para valor de troca. Segundo Marx,

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. Depois mostrou-se que também o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto. Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis — uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho. (MARX, 1996, p. 171).

A produção para valor de uso sempre existiu em todas as formas de sociedades. No capitalismo a divisão social do trabalho é a condição de existência para produção de mercadorias, mas isto não ocorreu em todas as formas de sociedade. A divisão social do trabalho aparece como um mecanismo do capitalismo, para que o trabalhador não tenha controle sobre a totalidade do processo de produção. Segundo o autor, “o valor de uso de cada mercadoria encerra determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Valores de uso não podem defrontar-se como mercadoria, caso eles não contenham trabalhos úteis qualitativamente diferentes”. (MARX, 1996, p.172). Desta forma,

Para o casaco, tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. Em ambos os casos ele funciona como valor de uso. Tampouco a relação entre o casaco e o trabalho que o produz muda, em si e para si, pelo fato de a alfaiataria tornar-se uma

profissão específica, um elo autônomo da divisão social do trabalho. Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se um alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1996, p. 172)

O trabalho como processo de transformação da natureza existe desde a descoberta das técnicas de produção pelo homem. Nesse intercâmbio com a natureza, o homem passa a descobrir formas de produzir e de ter acesso a alimentos que garantam sua subsistência, ou seja, passa a produzir valores de uso para suprir suas necessidades. A produção sempre foi mediada pelo trabalho no decorrer da história. No capitalismo, o trabalho tem um enfoque diferente, não mais apenas para suprir necessidades pessoais. A produção volta-se para as necessidades do capital.

Ao tratar da mercadoria, Marx diz que “à primeira vista, ela parece uma coisa trivial, evidente”. Porém, ao analisá-la,

vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente receba essas propriedades como produto do trabalho humano. (MARX, 1996, p.197)

Sabemos que o homem por meio de suas atividades produtivas modifica as matérias primas da forma que lhe seja útil. “A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante, a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física”. (MARX, 1996, p. 197). Aqui temos exemplo da produção para valor de uso, a madeira passará a ter uma funcionalidade, tornar-se-á uma mesa, que poderá ser utilizada de diversas maneiras. Vejamos,

O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos. Segundo, quanto ao que serve de base à determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob

todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento. Finalmente, tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social. (MARX, 1996, p. 197-98)

O caráter místico da mercadoria trataremos mais especificamente na próxima subseção. Aqui nos importa entender a produção para valor de uso e que nesta produção também temos dispêndio de trabalho humano, com a finalidade de atender as necessidades sociais. Agora o trabalho passa a ter uma forma social, pois os homens são explorados nas diferentes formas de produção ao longo da história. Atualmente no capitalismo, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário. A força de trabalho no capitalismo passa a ser uma mercadoria. Segundo Marx, “deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos”. (MARX, 1996, p. 167).

A produção para valor de uso aparece de forma simples para satisfazer necessidades. Os produtores poderiam trocar entre si os produtos que necessitavam. Não devemos esquecer que já havia uma exploração do trabalho nas sociedades precedentes e ainda na transição para o capitalismo, os trabalhadores produziam para a classe dominante (senhor de escravos ou senhor feudal) com as particularidades da forma de dominação e exploração de cada período.

O advento do capitalismo traz a complexificação das relações sociais com a expulsão dos trabalhadores dos campos, o trabalho assalariado e a mudança na forma de produção. Pois, agora, o trabalhador possui apenas sua força de trabalho para vender ao capitalista. E a produção voltada para o valor de troca, não mais para atender necessidades sociais. E sim para a acumulação do capital. Segundo Marx,

na própria relação de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho obtém-se seu valor total. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. (MARX, 1996, P.168).

Desta forma, “o prosseguimento da investigação nos levará ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor”. (MARX, 1996, p. 168). Na subseção seguinte trataremos da produção para valor de troca, trazendo esta particularidade

do capitalismo, em que a produção será voltada a atender as necessidades de acumulação do capital.

### 3.2 Produção para valor de troca

Após abordar sobre a produção voltada para valor de uso, trataremos agora da produção voltada para valor de troca. Segundo Marx, “o valor de troca aparece de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1996, p. 166), e que com o desenvolvimento do capitalismo vai ficando mais complexa. Assim, “o valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*”. (MARX, 1996, p. 166). No capitalismo, as relações de troca vão além de trocar o valor de uso de uma espécie pelo valor de uso de outra espécie.

Passaremos agora da mercadoria, enquanto objeto de uso, para o valor da mercadoria. A mercadoria não é apenas para satisfazer necessidades dos indivíduos, ela tem a função de satisfazer os objetivos capitalistas de expansão e acumulação de capital. Assim, essa mercadoria passa a ter um valor que é determinado durante o processo de produção, estão inseridos nela a força de trabalho, os meios e materiais de produção. Se, “portanto, em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente, em relação à grandeza do valor ele vale só quantitativamente, depois de já reduzido a trabalho humano, sem outra qualidade”. (MARX, 1996, p.174). Essa é a mudança na forma de produção de mercadorias para valor de uso e para valor de troca,

lá, trata-se do como e do quê do trabalho, aqui do seu quanto, da sua duração atemporal. Como a grandeza do valor da mercadoria representa apenas o quantum de trabalho nela contido, mercadorias devem, em determinadas proporções, ser sempre valores da mesma grandeza. (MARX, 1996, p.174).

Para produzir a mercadoria é necessário força de trabalho. Portanto, “todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria” (MARX,

1996, p. 175). Sabemos que no capitalismo a força de trabalho também é uma mercadoria e o trabalhador a vende em troca de um salário. Assim, “todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso”. (MARX, 1996, p. 175). De acordo com o autor,

recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. Digamos: como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais. A coisa é diferente na relação de valor de uma mercadoria à outra. Seu caráter de valor revela-se aqui por meio de sua própria relação à outra mercadoria (MARX, 1996, p. 179).

No valor da mercadoria estão inseridos os materiais utilizados em sua produção e a força de trabalho. A força de trabalho cria valor ao produzir a mercadoria. No capitalismo, a força de trabalho também é mercadoria, o trabalhador a vende em troca de salário.

Marx em seus estudos foi além, desvendando os fundamentos da produção no capitalismo. Assim, “somente depois da troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada”. (MARX, 1996, p. 199). A produção no capitalismo tem como objetivo produzir coisas úteis para serem trocadas, de modo que o valor das coisas já seja determinado ao serem produzidas. Importante enfatizar que essa troca não é uma troca simples de um produto por outro. As relações de troca complexificam-se, os produtos são vendidos por um determinado valor que corresponda ao tempo de trabalho socialmente necessário. A produção de trabalho excedente apropriado pelos proprietários dos meios de produção – o capitalista. O trabalho dos produtores adquire um duplo caráter social nessa forma de sociabilidade. Eles devem satisfazer determinada necessidade social, e ao mesmo tempo os produtores só têm acesso ao necessário para sobreviver.

Ao analisar como funciona o capitalismo e como se dá a exploração do trabalho, podemos constatar que esse processo ocorre de maneira que beneficie o capitalista. Possibilitando-o aumentar sua riqueza, explorando cada vez mais a força de trabalho. Portanto, não há dúvidas de que no capitalismo o “processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção” (MARX, 1996, p. 205). Essa dominação do processo de produção sobre os homens é considerada pela burguesia um processo tão natural quanto a

necessidade do trabalho e assim utilizado para justificar a exploração da força de trabalho no capitalismo.

O valor da mercadoria nessa forma de sociabilidade é sempre considerado o valor de troca, o valor de uso, enquanto coisa, não interessa ao capitalista. Somente o interessa, quando ela se realiza na circulação enquanto coisas mercantis e aí aparece seu valor de troca. Assim, Marx diz

ouçamos agora como a fala do economista revela a alma da mercadoria: ‘valor (valor de troca) é propriedade das coisas, riqueza (valor de uso) do homem. Valor, nesse sentido, implica necessariamente troca, riqueza não. Riqueza (valor de uso) é um atributo do homem, valor um atributo das mercadorias. Um homem, ou uma comunidade, é rico; uma pérola ou um diamante, é valiosa. (...) Uma pérola ou um diamante tem valor como pérola ou diamante’. (MARX, 1996, p. 207).

Um homem tem valor no capitalismo apenas como força de trabalho, a única mercadoria que ele possui e a vende ao capitalista. Para o capitalista não importa o valor de uso direto da mercadoria. A mercadoria precisa ter valor de uso para outros, portanto, meio de troca, de forma que ele possa vendê-la e seu valor o satisfaça. Para os trabalhadores ela tem valor de uso. Para os capitalistas, ela não possui valor de uso e precisa se realizar enquanto valor de troca. Assim é preciso que ela mude de mãos, e ela muda de mãos na troca, na circulação. Mas, para que possa ser vendida, ela precisa, em primeiro lugar, comprovar-se como valor de uso, ou seja, precisa ser útil para que as pessoas a compra. Para realizar-se como valor de troca e gerar novo valor ao capitalista a mercadoria precisa ter uma utilidade que supra uma necessidade real ou uma necessidade criada (como veremos mais adiante, o capitalismo cria necessidades para manter sua acumulação e expansão). Vejamos o que nos diz Marx sobre a troca de mercadorias:

A troca direta de produtos possui já, por um lado, a forma da expressão simples do valor e, por outro lado, ainda não a tem. Aquela forma era  $x$  mercadoria A =  $y$  mercadoria B. A forma da troca direta de produtos é:  $x$  objeto de uso A =  $y$  objeto de uso B. As coisas A e B não são aqui mercadorias antes da troca, mas tornam-se tais por meio da mesma. O primeiro modo, pelo qual um objeto de uso é possivelmente valor de troca, é sua existência como não-valor de uso, como quantum de valor de uso que ultrapassa as necessidades diretas de seu possuidor. As coisas são, em si e para si, externas ao homem e, portanto, alienáveis. Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. (MARX, 1996, p. 212).

Desta forma, torna-se necessário que a produção no capitalismo seja intencionalmente visando o intercâmbio entre mercadorias. Tendo a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas dos indivíduos e a sua utilidade para a troca. Segundo Marx, “uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro”. (MARX, 1996, p. 216). No valor da mercadoria está inserido como sabemos a força de trabalho, os materiais utilizados em sua produção, os meios de produção. O dinheiro surge após a troca se realizar, diferente do que ocorria nos modos de produção precedentes em que se trocava um produto por outro para satisfazer as necessidades pessoais. Aqui os homens não tem controle sobre a produção e não produzem para satisfazer suas necessidades, os produtos de seu trabalho assumem a forma de mercadoria. Assim, Marx explica que “o enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante”. (MARX, 1996, p. 217).

Para que a mercadoria se realize como valor de troca é preciso que ela seja vendida. Falaremos agora do processo de circulação de mercadoria. Segundo Marx, “o que, no entanto, separa de antemão ambos os ciclos  $M — D — M$  e  $D — M — D$ <sup>11</sup> é a sucessão inversa das mesmas fases contrapostas de circulação”. Desta forma, “a circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda”. Portanto, “lá a mercadoria, aqui o dinheiro constitui o ponto de partida e o ponto de chegada do movimento. Na primeira forma é o dinheiro, no outro, inversamente, é a mercadoria que media o transcurso global”. (MARX, 1996, p. 269). É importante entender esse processo de circulação de mercadoria, para compreender como se realiza a produção visando o valor de troca. Observemos que:

Na circulação  $M — D — M$ , o dinheiro é finalmente transformado em mercadoria que seria de valor de uso. O dinheiro está, pois, definitivamente gasto. Na forma inversa,  $D — M — D$ , o comprador gasta dinheiro para como vendedor receber dinheiro. Com a compra, ele lança dinheiro na circulação, para retirá-lo dela novamente pela venda da mesma mercadoria. Ele libera o dinheiro só com a astuciosa intenção de apoderar-se dele novamente. Ele é, portanto, apenas adiantado. O ciclo  $M — D — M$  parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai da circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final. O ciclo  $D — M — D$ , pelo contrário, parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca. (MARX, 1996, p. 269- 270).

---

<sup>11</sup>  $M — D — M$  = Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria, nessa primeira fórmula que é a forma de circulação simples da mercadoria, significa vender para comprar;  $D — M — D$  = Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro, nesta segunda fórmula, significa comprar para vender, temos a transformação do dinheiro em capital.

Assim, entendemos que o capitalista investe dinheiro na produção, para quando esta se realize, enquanto valor de troca, ele possa tirar mais dinheiro do que investiu. A diferença entre os processos  $M - D - M$  e  $D - M - D$ , não é qualitativa, mas sim quantitativa. Portanto, “no final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo” (MARX, 1996, p. 270). Vejamos o exemplo:

O algodão comprado por 100 libras esterlinas é, por exemplo, revendido a 100 + 10 libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas. A forma completa desse processo é, portanto,  $D - M - D'$ , em que  $D' = D + \Delta D$ , ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. É esse movimento transforma-o em capital. A repetição ou renovação da venda para compra encontra, como este mesmo processo, medida e alvo num objetivo final situado fora dela, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para a venda, pelo contrário, começo e término são o mesmo, dinheiro, valor de troca, e já por isso o movimento é sem fim. Sem dúvida, de  $D$  adveio  $D + \Delta D$ , das 100 libras esterlinas, 100 + 10. Mas consideradas apenas qualitativamente, 110 libras esterlinas são o mesmo que 100 libras esterlinas, ou seja, dinheiro. (MARX, 1996, p. 271)

Para que o dinheiro se transforme em capital, é preciso que o capitalista, tenha como retorno mais do que ele investiu na compra do produto. Esse retorno se obtém na produção com o acréscimo do valor excedente, a mais-valia, apropriada da força de trabalho, que gera um valor adicional ao capital inicialmente investido. Trata-se do processo de valorização através da expropriação privada do novo valor gerado — a riqueza social. Nesse caso, a circulação simples de mercadorias serve de meio para um objetivo final que está fora de circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. Dessa forma, a circulação de dinheiro como capital, é uma finalidade em si mesma, pois o valor que se autovalorizava a partir do processo de produção, baseado na contínua exploração da força de trabalho, num movimento sempre renovado de apropriação de mais-valia, que se transforma em capital na circulação. O capital é, portanto, sempre insaciável. O capital é insaciável, por isso sua finalidade é a expansão crescente, não importa para ele quais meios serão utilizados para atingir seu objetivo. Sendo assim,

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é

sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação. (MARX, 1996, p. 273).

Ao capitalista, só importa a produção que satisfaça seus objetivos de acumulação e expansão do capital. A diferença da produção para valor de uso e para valor de troca explicita-se no capitalismo.

### 3.2.1 O processo de valorização do capital

Como vimos acima, o capitalista não está preocupado com a produção para valor de uso, sua preocupação constante é a multiplicação do valor, ou seja, aumentar a riqueza. Então seu objetivo é produzir mais, para vender mais. Só que nesse processo de multiplicação do valor, a participação da força de trabalho no produto do seu trabalho ocorre de forma mínima. Pois ele só tem acesso ao salário correspondente ao valor da força de trabalho. Já para o capitalista, o proprietário dos meios de produção, também é o proprietário do resultado da produção social, é reservado a ele o capital valorizado, ou seja, o lucro. No processo de valorização do capital, “capital é dinheiro, capital é mercadoria” (MARX, 1996, p. 274). De acordo com Marx,

o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza. (MARX, 1996, p.274)

Assim, “o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele gerou a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor” (MARX, 1996, p. 274). Dessa forma, se na circulação simples o valor da mercadoria adquire a forma autônoma de dinheiro, quando se complexifica ele se apresenta como

substância em processo e semovente, para a qual mercadorias e dinheiro são ambos meras formas. Distinguindo-se assim, como valor original, de si mesmo como mais-valia. De acordo com o autor,

O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo.  $D — D'$ , dinheiro que gera dinheiro — *money which begets money* —, diz a descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas. Comprar para vender, ou melhor, comprar para vender mais caro,  $D — M — D'$ , parece ser decerto apenas uma espécie do capital, a forma peculiar do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro, que se transforma em mercadoria e por meio da venda de mercadoria retransforma-se em mais dinheiro. Atos que ocorram eventualmente entre a compra e a venda fora da esfera da circulação nada mudam nessa forma de movimento. No capital a juros a circulação  $D — M — D'$  apresenta-se, afinal, abreviada, em seu resultado sem a mediação, por assim dizer em estilo lapidar, como  $D — D$ , dinheiro que é igual a mais dinheiro, valor que é maior do que ele mesmo. De fato, portanto,  $D — M — D$  é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação. (MARX, 1996, p. 274-275).

No processo simples de circulação de mercadoria, se dinheiro e mercadoria com igual valor de troca são trocados por equivalentes, o capitalista não tiraria da circulação mais do que lança nela. Assim, não ocorria formação de mais-valia. Ou seja, não atingiria o objetivo da produção capitalista. Portanto, “a formação da mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor”. (MARX, 1996, p. 280). De acordo com o autor,

Mostrou-se que a mais-valia não pode originar-se da circulação, que, portanto, em sua formação deve ocorrer algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível. Mas pode a mais-valia originar-se de outro lugar que não da circulação? A circulação é a soma de todas as relações recíprocas dos possuidores de mercadorias. Fora da mesma o possuidor de mercadoria só está ainda em relação com sua própria mercadoria. No que tange ao valor dela, a relação se limita ao fato de que ela contém um quantum de seu próprio trabalho medido segundo determinadas leis sociais. Esse quantum de trabalho se expressa na grandeza de valor de sua mercadoria e, como grandeza de valor, se representa em dinheiro de conta, num preço de, por exemplo, 10 libras esterlinas. Mas o seu trabalho não se representa no valor da mercadoria e num excedente acima do seu próprio valor, não num preço de 10 que seja, ao mesmo tempo, um preço de 11, não num valor que seja maior do que ele mesmo. O possuidor de mercadorias pode formar valores por meio do seu trabalho, mas não valores que se valorizem. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor porque ele contém um quantum maior de trabalho. A bota tem, por isso, mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não se acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias,

valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital. (MARX, 1996, p. 283-284).

A mais-valia não se origina diretamente da circulação, pois ela está inserida no processo de produção. O tempo de trabalho em que o trabalhador produz, se for separado o valor de seu salário e os custos dos meios de produção, verá que uma parte relevante desse tempo é destinado à produção da mais-valia. Essa é a chave da enganação do capital, pois a mais-valia é produzida pela força de trabalho e não pelo capitalista, o qual exerce a função de apropriador privado da riqueza social gerada pelo trabalho produtivo. Estabelece-se uma relação de subordinação e de dependência do trabalho em relação ao capitalista, que domina o processo de produção e valorização do começo ao fim.

A transformação de dinheiro em capital tem que se desenvolver com base nas leis imanes ao intercâmbio de mercadorias, de forma que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. A circulação precisa iniciar em sua forma simples, de troca por equivalentes e depois ir se complexificando à medida que o capitalismo se desenvolve. À primeira vista, esse processo parece complexo de entender. O possuidor de dinheiro (capitalista) deve comprar mercadorias por seu valor e vendê-las pelo mesmo valor, e ainda assim, no final, extrair uma quantia maior que a investida. Esse processo deve ocorrer na circulação e ao mesmo tempo não ocorrer na circulação, de forma que não se desvende de onde vem a mais-valia.

Ao falar de como o “capital não pode originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação” (MARX, 1996, p. 285). Um elemento chave ficou implícito nesse processo, o qual detalharemos agora. Segundo Marx,

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1996, p. 285)

A exploração da força de trabalho permite ao capitalista, extrair mais-valia do processo de produção. O valor que o trabalhador recebe em forma de salário, não é igual ao que ele

produz. Será sempre um valor inferior. Já o capitalista, tem o retorno maior do que ele investiu. Essa divisão entre capitalistas e trabalhadores não ocorre num processo natural. Sabemos que no desenvolvimento histórico da humanidade houve uma divisão entre classes. As classes dominantes em todas as formações sociais se apropriaram da riqueza e exploraram força de trabalho de variadas formas.

O produtor da mercadoria participa do processo apenas como uma mercadoria viva, afinal ele vende sua força de trabalho. Ao entender que a força de trabalho no capitalismo torna-se mercadoria. Marx explica que “como todas as outras mercadorias, ela tem um valor”. Veremos como ele é determinado.

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado. (MARX, 1996, p. 288-289).

Como acabamos de ver na citação acima, a forma que é calculada o valor da força de trabalho nos mostra que o trabalhador não recebe o equivalente ao que ele produz. Ele recebe o necessário para sobreviver em dadas condições históricas e culturais. O trabalhador é obrigado a trabalhar por mais tempo do que custa sua manutenção e reprodução enquanto classe. Esse tempo adicional gera um valor acima do que a ele retorna como salário. Esse excedente, a mais-

valia, é apropriada pelo capitalista como trabalho não-pago. Esse valor adicional vai se transformar em capital. Além disso, o proprietário da força de trabalho é mortal, ou seja, essa é uma mercadoria que precisa de manutenção para se manter viva e funcionando. E será preciso ser reposta, à medida que os trabalhadores morrem. Então o vendedor da força de trabalho precisa se perpetuar pela procriação. Assim quando as pessoas ficam velhas ou morrem precisam ser substituídas por novas forças de trabalho. Sendo necessário que no valor da força de trabalho, “a soma dos meios de subsistência” seja incluída “os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores”. De forma que não falte mão-de-obra no mercado. (MARX, 1996, p. 289).

Segundo Marx, “o valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção”. (MARX, 1996, p. 290). Ou seja, o valor pode se alterar para um “limite último ou mínimo do valor da força de trabalho, constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sendo, portanto, o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis” (MARX, 1996, p. 290). Se o valor da força de trabalho cai para o mínimo, ele irá prejudicar mais ainda o trabalhador, pois ele irá se manter e desenvolver em condições degradantes. O valor da força de trabalho neste sistema nunca pode se elevar ao ponto de ameaçar a acumulação capitalista. E mesmo quando esse valor aumenta, não altera a essência da exploração da força de trabalho e não muda as condições de vida do trabalhador de forma genuína. De acordo com o autor,

Conhecemos agora a maneira pela qual é determinado o valor, que é pago ao possuidor dessa mercadoria peculiar, a força de trabalho, pelo possuidor de dinheiro. O valor de uso, que este último recebe por sua vez na troca, só se mostra na utilização real, no processo de consumo da força de trabalho. Todas as coisas necessárias a esse processo, como matéria-prima etc., o possuidor de dinheiro compra no mercado e paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia. O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria, ocorre fora do mercado ou da esfera de circulação. Abandonemos então, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business*. Aqui há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido, o capital. O segredo da fabricação de mais-valia há de se finalmente desvendar. (MARX, 1996, p. 272-273).

O mistério da mais-valia é que ela é extraída da exploração do trabalho. O trabalho recebe o que vale, enquanto mercadoria. Ele não recebe o equivalente ao que produz, grande parte da sua produção é destinada ao lucro do capitalista. Uma vez que a força de trabalho é a

mercadoria que o trabalhador vende ao capitalista, ele só receberá em forma de salário o necessário para sobreviver. Além do trabalhador produzir e não receber o equivalente da sua produção, ele, para sobreviver, vai precisar consumir mercadorias. Assim o salário recebido retorna ao capital quando o trabalhador compra os produtos necessários para sua sobrevivência. Portanto, a mais-valia está inserida no processo de produção. Ao retirar o valor do salário, o valor dos meios e materiais de produção o que sobra é a mais-valia do capitalista. Assim, no processo de circulação das mercadorias, os próprios trabalhadores irão comprá-las, para suprir suas necessidades sociais.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*, força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia*. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. (MARX, 1996, p. 297)

Conforme explica Marx na citação acima, a produção deve ter uma finalidade de uso para que possa ser comprada. No capitalismo a produção para valor de uso e para valor de troca se unem, pois não adianta produzir mercadorias que não tenham uma finalidade de uso. A diferença aqui é que na troca se tem o acréscimo da mais-valia extraída da exploração do trabalho. Não é uma troca simples de um objeto por outro. Segundo Mészáros,

O capital não trata meramente como separados valor de uso (que corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último. Como já mencionado, na sua própria época e lugar, isto representou uma inovação radical que abriu horizontes antes inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na percepção prática de que qualquer mercadoria, num extremo da escala, pode estar constantemente em uso ou, no outro extremo das possíveis taxas de utilização, absolutamente nunca ser usada, sem perder com isso sua utilidade no que se refere às exigências expansionistas do modo de produção capitalista. (MÉSZÁROS, 2011, p.660).

Para o capitalista não importa se a mercadoria produzida irá satisfazer uma necessidade real, se é necessária para a sobrevivência dos indivíduos. O importante é que a mercadoria esteja circulando no mercado, levando lucros para ele. Dessa forma, a mercadoria precisa chamar a atenção dos compradores, mesmo que ela não tenha utilidade prática e nunca seja usada. O importante é vender e aumentar sua riqueza. Portanto, segundo Mészáros “se baixarmos o valor

de uso de uma mercadoria, ou criarmos condições para que ela só possa ser consumida ‘parcialmente e com menos proveito’, esta prática não afetará o seu valor de troca” (MÉSZÁROS, 2011, p. 661).

Sabemos que a relação de exploração capitalista é muito mais complexa do que se apresenta na forma do consumo dos produtos produzidos pelos próprios trabalhadores. De fato, pouco importa para o capital se a mercadoria será reutilizada várias vezes, pelo contrário, do ponto de vista do capital, melhor será se a mercadoria durar pouco e precise ser substituída. Ou seja, para o capital não importa a durabilidade da mercadoria, uma vez que ele precisa estar sempre vendendo mais e mais mercadorias para extrair sua mais-valia.

Nesta subseção tratamos da produção voltada para valor de troca, mostrando a particularidade dela no capitalismo, trazendo elementos como o processo de valorização do capital, a mais-valia, o valor e função da força de trabalho. Ou seja, os fundamentos da produção no capitalismo. Para na próxima subseção entrarmos na discussão da distribuição da riqueza social no capitalismo.

### **3.3 Distribuição**

Sabemos, com base em Marx, que o processo de produção da riqueza é baseado na exploração da força de trabalho dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção (capitalistas). Nesse contexto, a distribuição da riqueza é determinada pelos interesses dos capitalistas, que visam maximizar o lucro e acumular cada vez mais riqueza em detrimento dos trabalhadores.

A distribuição está totalmente relacionada ao processo de produção. Quando falamos de distribuição não tratamos apenas de seu processo final que seria a distribuição dos produtos. Durante o processo de produção, ocorre também a distribuição dos meios de produção, instrumentos de trabalhos e materiais necessários.

Nessa forma de sociabilidade, os indivíduos que nascem no proletariado não têm nenhum capital, nenhuma propriedade. Estão “destinados” pela distribuição social ao trabalho assalariado. Isto ocorre devido a desigualdade criada pelo capitalismo, a apropriação das propriedades e dos meios de trabalho pelos capitalistas, levaram os trabalhadores a esse

“destino” que é explicado pelos apologistas do sistema como leis naturais. Na forma mais superficial de compreender o processo, a distribuição não parece articulada e determinada pela produção, ao contrário, a produção aparece articulada e determinada pela distribuição. Nessa concepção, a distribuição aparece apenas como distribuição dos produtos, e assim, mais afastada da produção e quase autônoma em relação a ela. Segundo Marx,

Mas antes de ser distribuição de produtos, a distribuição é: 1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação. (MARX, 2011, pág. 44)

Com o advento do capitalismo, temos uma mudança na forma de produção e distribuição. Com essa mudança na forma de produção que o capitalismo trouxe, vemos como a desigualdade se expressa no processo de produção e distribuição. Uma vez que durante o processo de produção temos uma distribuição desigual, pois o trabalhador não possui os instrumentos de trabalho e nem a matéria-prima, ambos foram expropriados pelo capitalista. O trabalhador não produz para suprir suas necessidades, ele produz para satisfazer as necessidades de acumulação do capital. Portanto, a exploração do proletariado constitui o eixo econômico da sociedade burguesa.

Para compreender o processo de distribuição no capitalismo, é preciso analisar também a produção. Uma vez que a distribuição ocorre durante o processo de produção. É um equívoco pensar na distribuição apenas como a parte final do processo. Se pensarmos na produção de mercadorias temos a matéria-prima, a força de trabalho, os instrumentos de produção, o tempo de trabalho. Desta forma, a distribuição dos produtos, é o resultado desta distribuição que ocorre no processo de produção, se não levarmos em conta todos esses elementos, a distribuição aparecerá como uma abstração oca.

Nesse processo é determinado o valor da mercadoria, da força de trabalho e a mais-valia extraída pelo capitalista. Para manter intacta sua acumulação através da mais-valia, o capitalista precisa aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria, e conseqüentemente, baratear o valor da força de trabalho. Constatamos assim, que ocorre uma distribuição desigual no processo de produção, uma vez que o trabalhador na maior parte do tempo produz para o capitalista, o valor que retorna em forma de salário é apenas o necessário para mantê-lo vivo e trabalhando. Temos aqui a distribuição dos meios de produção e a distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção.

No capitalismo, a produção, distribuição, troca e consumo, são voltados para atender as necessidades de expansão do capital. Na produção, os capitalistas se apropriam dos produtos da natureza para atender às necessidades do capital, as necessidades humanas são atendidas de forma mínima, pois é necessário que os trabalhadores se mantenham vivos para continuar produzindo.

Todo o processo se inicia na produção, pois ela determina o que vai ser gerado e, portanto, distribuído. A mistificação do capitalismo em torno do processo de produção e distribuição é fazer as pessoas acreditarem que leis naturais regem esse processo. Marx em seus estudos nos mostrou que não são leis naturais, são sociais. Com base em nossos estudos constatamos que pensar que a desigualdade pode ser superada no capitalismo através de uma distribuição igualitária dos produtos é uma ingenuidade. É importante destacar que ao tratar distribuição, não devemos focar apenas na distribuição dos produtos, nossos estudos mostram também a distribuição do que chega da riqueza social produzida ao trabalhador. Uma vez que na produção já ocorre desigualdade, e sabemos com base em Marx que o próprio capitalismo precisa criar desigualdades para manter seus objetivos de acumulação e expansão. Para entender como ocorre o processo no capitalismo não podemos dissociar produção e distribuição.

No capitalismo, a relação do produtor com o produto é uma relação exterior e o retorno deste depende de suas relações com outros indivíduos. O produtor não se apodera do produto diretamente. Nesta forma de produção, a apropriação imediata do produto pelo produtor não é a finalidade, uma vez que os capitalistas se apropriam de tudo o que é produzido pelo trabalho. Entre o produto e o produtor temos a distribuição, que determina por meio de leis sociais a cota dos produtos a que os trabalhadores terão direito. A forma de exploração do trabalho no capitalismo, é o trabalho assalariado. Então é o valor do salário que determinará o acesso dos trabalhadores ao produto. Segundo Marx,

A articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que concerne ao seu objeto, já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas também no que concerne à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição. (MARX, 2011, pág. 43)

Como vimos na citação acima, a distribuição está determinada pela articulação da produção. Portanto, a distribuição dos produtos é apenas resultado dessa distribuição que está incluída no próprio processo de produção e determina a articulação da produção. Abstrair da

produção essa distribuição nela contida, é uma abstração vazia, enquanto, inversamente, a distribuição dos produtos é dada por si mesma com essa distribuição, que é originalmente um momento constitutivo da produção. Assim se compreende por que não se pode analisar isoladamente a produção e a distribuição. A distribuição como distribuição dos produtos não pode ser predominante. Mas, a distribuição como distribuição de instrumentos de produção e dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinadas, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, tem por finalidade atender à necessidade de expansão e de acumulação de capital.

### 3.3.1 Distribuição X Superação da escassez

Com base no que já vimos até aqui, sabemos que a distribuição ocorre de forma desigual no capitalismo. Vimos também que a finalidade da produção no capitalismo é a autovalorização do capital. Ou seja, a produção não é voltada para atender as necessidades da classe trabalhadora. Desta forma, abre-se a possibilidade, na verdade, a necessidade da busca de soluções parciais e manipulativas para os problemas e contradições emergentes na vida econômica e social. Segundo Mézáros,

se as necessidades reais dos indivíduos couberem nos limites do valor de troca de maneira vantajosa para o sistema (com suas necessidades de bens produzidos para serem distribuídos com eficácia máxima no mercado global), elas podem ser correspondidas ou pelo menos consideradas legítimas; se assim não for, deverão ser frustradas e substituídas por qualquer coisa produzida em conformidade com o imperativo de expansão do capital. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 260).

O capitalismo além de alienar os trabalhadores dos meios e do material da produção, ainda os separa radical e permanentemente de todas as funções vitais de controle, tanto do processo de trabalho, como da distribuição do produto social do próprio trabalho. Por isso, o capitalismo é um sistema que cria desigualdades para se manter. A igualdade defendida no capitalismo é a igualdade perante a lei<sup>12</sup>. Portanto, as pessoas são impulsionadas a acreditar

---

<sup>12</sup> Segundo Mézáros, “Diz-se que o Domínio da Lei é igual à regra da lei *formal*; ambos equivalem à ausência de *privilégios* – e os três juntos são iguais e *protegem* ‘a igualdade diante da lei, que é o oposto do governo arbitrário’. (...) Na verdade, o objetivo de todo o exercício é fazer as pessoas aceitarem duas proposições – totalmente injustificáveis. Primeiro, toda a preocupação com a igualdade deveria estar rigorosamente confinada à questão da

nessa igualdade e cria-se a ilusão que todos somos iguais. E assim, aceita-se as condições de vida e de trabalho impostas pelo capitalismo. Assim, as alternativas tomadas para reduzir a desigualdade no capitalismo, não fazem nada além de atenuar essa desigualdade existente. Por isso, para tratar da superação da escassez é necessário tratar da superação do capitalismo. Segundo Mészáros,

Pois não será possível atender humanamente às necessidades sociais e às condições para sua realização sem que se mude radicalmente o princípio estruturador antagonístico e o modo de controle hierárquico e discriminatório do sistema. (MÉSZÁROS, 2011, pág.263).

Desta forma, o desafio a ser enfrentado com respeito a todos os aspectos da relação entre produtividade e uso, com a finalidade de superação da escassez<sup>13</sup> é este: “como solapar o processo produtivo capitalista constantemente renovado pela homogeneização orientada para a quantidade e o valor de troca e substituí-lo pelo processo qualitativo orientado para a necessidade e o valor de uso?”. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 629). De acordo com o autor,

Neste aspecto, a transformação do trabalho objetivado em capital, e com isso a institucionalização permanente dos meios e do material alienados do trabalho como propriedade do capital, deve ser considerada o aspecto secundário da dominação autoritária do capital sobre o trabalho. Isto é assim independentemente de sua importância, tanto historicamente, no violento processo da “acumulação (e expropriação) primitiva” capitalista, como em relação ao futuro. A questão fundamental é o controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos: precisamente por isso é que devemos constantemente ter em mente que

---

‘igualdade diante da lei’. Em segundo lugar, diante do fato de que não se pode avançar para a verdadeira igualdade no quadro das restrições dogmáticas da primeira proposição, também se deve aceitar que ela é verdadeira e adequada (ou seja: racional e plenamente justificável) – e que realmente deveria permanecer assim para sempre em nossa visão, a menos que desejemos ser responsáveis pela vergonha de favorecer um ‘governo arbitrário’ e o fim da ‘encarnação legal da liberdade’ – e que absolutamente ninguém deveria agir para mudar as relações prevalentes de desigualdade substantiva.” (MÉSZÁROS, 2011, pág.285)

<sup>13</sup> Quando falamos de escassez com base em Mészáros, não estamos falando da escassez natural devido ao baixo desenvolvimento produtivo dos modos de produção precedentes ao capitalismo. Vejamos: “Isto significa uma reconstituição qualitativamente diferente e produtivamente mais avançada da *unidade* há muito perdida das condições orgânicas e inorgânicas da existência humana. Este não é um desafio *tecnológico*, mas *social*, e dos mais elevados, já que implica o domínio consciente e a regulação em todos os aspectos benéfica das condições de interação criativa humana. Um processo que se desdobra em circunstâncias nas quais a reprodução social não mais é dominada pelo peso da “*escassez*” – primeiramente natural, mas, depois, cada vez mais *causada pelos-homens* de forma paradoxal e assustadora. Ou seja, em circunstâncias em que o até o presente “domínio do homem sobre a natureza”, frágil e de muitas maneiras ilusório, não mais poderá ser realizado estritamente para o benefício da minoria no poder, ao preço do jugo da vasta maioria da humanidade às demandas alienantes da produção de mercadoria”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 608-609 Não tratamos aqui de uma escassez na produção, mas sim de uma escassez criada pelos capitalistas e imposta aos trabalhadores.

a “expropriação dos expropriadores” é apenas o pré-requisito necessário para as mudanças necessárias. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 628).

Portanto, a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas um pré-requisito da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da total subjugação do trabalhador ao comando do capital, preso ao controle de suas funções produtivas e sem qualquer controle sobre a distribuição do produto social total. É preciso levar em consideração que no capitalismo a produção é voltada para a autovalorização do capital. Para superar a escassez e consequentemente o capitalismo, a fórmula não está em aumentar a distribuição. Como já tratamos, a distribuição não corresponde apenas ao processo final de distribuição dos produtos, está implícita em todo o processo de produção. É necessário que “o uso não seja determinado pelo tempo mínimo de produção, mas, ao contrário, o tempo de produção devotado a um artigo será determinado pelo grau de sua utilidade substantiva” (MÉSZÁROS, 2011, p. 630). Assim, a produção será voltada para atender as necessidades humanas. Para isso, a mudança precisará ser radical e em todas as partes constituintes do sistema, até mesmo os menores elementos da jornada de trabalho singular serão voltados para atender as necessidades substantivas.

Por conseguinte, não há possibilidade de reforma que leve a transformações estruturais do modo de produção capitalista. É por isso também que as tentativas reformistas ao longo da história fracassaram em abrir qualquer fenda na ordem estabelecida. O motivo de suas falhas é que não é possível reformar o capitalismo “por dentro”, o capitalismo abriu algumas concessões para a classe trabalhadora em momentos de expansão do capital, como por exemplo, o período do Estado de bem-estar social, que só foi possível em alguns países e à custa da exploração dos trabalhadores de outros países.

No que se refere ao uso ou não uso da força de trabalho disponível, vem a ser a contradição potencialmente mais explosiva do capital. Uma vez que, do ponto de vista do capital – “o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a ‘massa consumidora’ tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais-valia” (MÉSZÁROS, 2011, p. 672). É por isso que o capitalista gosta tanto da elevação do poder de compra do trabalhador. E em momentos que não interfira na sua acumulação de capital, “ele nem mesmo é contra a melhoria das condições materiais da classe trabalhadora como um todo; quer dizer, nos períodos em que tais melhorias não conflitam com as exigências da lucratividade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 672). Somente no caso dessas melhorias

serem financiadas a partir do crescimento da produtividade. Para o capital o importante é manter sua acumulação crescente, pouco importa se em alguns momentos a classe trabalhadora terá acesso a algumas melhorias. Porém, é importante deixar claro que essas melhorias são relativas, não afetam o funcionamento do capital e nem eliminam a desigualdade.

Portanto, as estratégias utilizadas pelo sistema para reduzir a desigualdade, através de políticas sociais/serviços sociais não alteram a dinâmica de expansão do sistema. Sendo assim, “não é provável que o capital produza um círculo de consumo cada vez mais rico que a tudo abarque, bem como um desenvolvimento de necessidades correspondentes a este último, por meio do qual ‘o trabalho excedente acima e além da necessidade’ possa se converter em uma ‘necessidade geral que se eleva das próprias necessidades individuais’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 694). Estes objetivos não podem ser alcançados no capitalismo, como, além disso, a tendência anterior de suas menores realizações sofre um grave retrocesso, mesmo nos países mais avançados em que foi possível tentativas como o Estado de bem-estar social, quando o capitalismo entra em crise a tendência é o retrocesso.

Se estivéssemos em outra forma de sociabilidade, em que a produção fosse voltada para atender as necessidades reais dos indivíduos, o desenvolvimento da ciência e a transformação das práticas produtivas deveria favorecer a expansão do valor de uso com o desdobramento das necessidades humanas. Contudo, no capitalismo, a ciência é desviada de seus objetivos positivos e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicar as forças e modalidades da destruição. Segundo Mézáros,

Da mesma maneira, as necessidades alienadas e as perversas exigências produtivas da autorrealização do capital não permitem a criação dos “*elementos materiais* da rica individualidade, universal na sua produção e no seu consumo”, nem, de fato, o pleno desenvolvimento de necessidades e potencialidades humanas (que é primariamente um desafio sociocultural). Pelo contrário, as *necessidades artificiais* da destrutiva expansão do capital tendem a competir e, na frequente ocorrência de incompatibilidades, a suprimir com extrema insensibilidade até mesmo as mais elementares necessidades da inegável maioria da humanidade (MÉSZÁROS, 2011, pág. 695).

Compreende-se que a produção de uma abundância constantemente maior se torna um sonho cada vez mais ilusório, uma vez que o capitalismo com o aumento das forças produtivas já atingiu esse objetivo e isto não alterou em nada a essência exploradora do capital. E do ponto de vista do trabalho, aumentou a exploração de sua força de trabalho, mas não alterou sua condição de existência. Portanto, é necessário admitir que enquanto a relação atual entre os

interesses dominantes do capital e o Estado capitalista prevalecerem e impuserem com sucesso suas demandas à sociedade não haverá grandes mudanças para o trabalhador. Segundo Mészáros, “as barreiras que o capital ‘encontra na sua própria natureza’, em relação à produção e ao consumo, não parece afetar significativamente seu poder de autoexpansão”. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 698).

Assim torna-se necessário traçar a distinção entre produção e autorreprodução. Segundo Mészáros, “o capital não está, em absoluto, preocupado com a produção em si, mas somente com a autorreprodução”. Ou seja, para que o capital esteja sempre expandindo é necessário que seus interesses estejam em “oposição aos interesses da produção humanamente significativa e compensadora”. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 698). Em dado momento da história foi possível ao capitalismo fazer algumas concessões ao trabalho, sem que prejudicasse a produção da abundância. Devido a este movimento, criou-se a ilusão no reformismo que seria possível superar a escassez no capitalismo. Mas, criar políticas sociais não são suficientes para resolver a escassez, pois essas políticas só atingem uma parcela da população e com efeito limitado e temporário. E ainda que atingisse toda a população, a exploração do trabalho continua a mesma. O trabalhador continua gerando mais-valia para o capitalista. Assim, para que haja mudanças significativas é preciso superar o capitalismo. Segundo Mészáros,

Em várias ocasiões, argumentei, mas não realcei suficientemente, que o objeto da crítica de Marx não era o *capitalismo*, mas o *capital*. Ele não estava preocupado em demonstrar as deficiências da *produção capitalista*, mas imbuído da grande tarefa histórica de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à “*produção do capital*”. Ou seja, livrar a humanidade das condições desumanizadoras sob as quais ganham legitimidade apenas aqueles valores de uso, não importa quão desesperadamente necessários, que possam caber na camisa de força dos valores de troca lucrativamente produzidos pelo sistema. Ele tratou, com sarcasmo, todos aqueles que queriam “reformular” o sistema existente de *distribuição* enquanto mantinham fetichisticamente intacto o modo de *produção* do capital. (MÉSZÁROS, 2011, pág.721-722).

Mészáros ao citar Marx, nos mostra que a mudança deve ser na forma de produção e organização da sociedade. Pois a produção no capitalismo tem uma finalidade e não resolve o problema alterar apenas a distribuição, caso isso fosse possível. Como vimos, a distribuição está inserida no processo de produção (distribuição dos meios de produção e distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção). A mudança apenas na distribuição dos produtos não alteraria a essência do capitalismo. Como vemos, a raiz do problema está no próprio capitalismo. Mészáros ao estudar os fundamentos do capitalismo, aponta que só pode haver mudança real em outra forma de sociabilidade,

Compreensivelmente, portanto, a distribuição vista sob essa luz não pode ser trazida nem um centímetro para mais perto do objetivo socialista proposto de dar “a cada um segundo sua contribuição na produção” – muito menos do princípio regulador mais avançado de “a cada um segundo suas necessidades” – sem uma transformação elementar de toda a produção e de todo o processo de reprodução societária. Além disso, não se pode esquecer que, na relação dialética entre produção e distribuição, a primeira tem primado relativo. Não é possível transformar a ordem socio-reprodutiva alternativa proposta em um sistema orgânico sem que haja unidade dialética entre produção e distribuição. A busca do valor de uma “sociedade mais equitativa” – a promessa vazia e, portanto, irrealizável, da social-democracia – não faz sentido, porque o objetivo subjacente não é a conquista da *plena igualdade*, que deverá ser afirmada como princípio orientador tanto da produção como da distribuição, se há de se ter qualquer chance de sucesso. Isso porque todos os avanços no domínio da distribuição são mais cedo ou mais tarde necessariamente anulados se não forem plenamente complementados por uma transformação cada vez mais profunda na esfera produtiva. E, *vice-versa*, mudanças que visam estabelecer inter-relações socialistas na produção não levarão a lugar nenhum sem a correspondente reestruturação do sistema de distribuição herdado, profundamente iníquo. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 722).

Portanto, para que ocorram mudanças na produção e na distribuição é necessária “a total erradicação do capital, como comando sobre o trabalho”, para que ocorra essa erradicação é necessário superar todos os aspectos do capital, ou seja, a objetivação alienada do trabalho, o Estado político, além do impedimento simultâneo da personificação tanto do capital como do trabalho no sentido mencionado acima. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 722). Pois o aumento da distribuição não altera a estrutura do sistema dominante, e como vimos, em alguns momentos é até permitido pelo capital fazer essas concessões. Segundo o autor,

Não importa o quanto sejam desconcertantes as formas pelas quais as personificações do capital controlam o processo objetivo de reprodução; elas o controlam *em favor do próprio capital*. Por isso, não devem ser concebidas, equivocadamente, como sujeitos do processo sociometabólico “em cujos vários momentos” o capital em si é o *sujeito em comando* real (por mais que perversamente reificado), permanecendo “sempre capital”, mesmo em suas instâncias personificadas. Como Marx coloca em sua caracterização do processo autoexpansivo do capital: A reprodução e a *valorização*, isto é, a *expansão*, dessas *condições objetivas* são simultaneamente sua reprodução e sua nova produção como a riqueza de um sujeito estranho, indiferente à capacidade de trabalho e que a enfrenta independentemente. O reproduzido e novamente produzido é, não apenas o *ser* dessas condições objetivas do trabalho vivo, mas *seu ser como alheio* ao trabalhador, tal como confronta sua capacidade de trabalho vivo. As condições *objetivas* do trabalho ganham uma existência *subjetiva* contrária à capacidade de trabalho vivo – o *capital* dá origem ao *capitalista*. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 723).

Consequentemente, a superação da escassez não se dará através do aumento da distribuição no capitalismo. Todo movimento organizado em favor de melhorar a condição de vida do trabalhador através de políticas sociais, aumento de salário, entre outros, não altera o

funcionamento da ordem dominante. Não muda os elementos predominantes do funcionamento do capitalismo, a exploração da força de trabalho, a extração da mais-valia, o papel do Estado.

Nessa seção estudamos a produção e distribuição da riqueza social no capitalismo, trazendo os fundamentos ontológicos destes temas, desde a produção para valor de uso à produção para valor de troca, como ocorre esse processo no capitalismo em que as relações de produção se complexificam. Ao chegar no processo de distribuição trouxemos uma visão além da distribuição dos produtos. Os fundamentos da distribuição mostram que ela já está inserida na produção, na distribuição dos meios de produção e dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção. Outros elementos como a função social do trabalhador e do capitalista também foram analisados, assim como, o processo de valorização do capital, a mais-valia. Na próxima seção trataremos da finalidade da produção do capitalismo. Veremos com mais detalhes que a produção é voltada para atender as necessidades de acumulação e expansão do capital.

## **4. A FINALIDADE DA PRODUÇÃO NO CAPITALISMO**

Vimos, nas seções anteriores, os elementos constitutivos do capitalismo, a produção para valor de uso, a produção para valor de troca e o processo de distribuição no capitalismo. Vimos como o processo de produção é desigual, pois o trabalhador (que é o produtor da riqueza) participa apenas como mercadoria, ele vende sua força de trabalho ao capital. Nesta seção, que iniciamos agora, veremos qual a finalidade da produção no capitalismo. Sabemos que é a produção da riqueza, mas não é apenas a produção da riqueza. É a produção da mais-valia, ou seja, a produção da riqueza que a classe capitalista se apropria e enriquece cada vez mais. Enquanto o trabalhador continua nas mesmas condições, assalariado, tendo direito apenas ao salário.

### **4.1 A finalidade da produção no capitalismo, com o advento da propriedade privada**

Depois de entender como funciona a produção e a distribuição, veremos agora de forma mais detalhada a finalidade da produção no capitalismo. Segundo Mészáros,

Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolham seu desenvolvimento. O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e, portanto, poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela. (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

No capitalismo, a produção da riqueza se tornou a finalidade da humanidade, deixando de lado a produção voltada para valor de uso, que também deixa de lado a produção para suprir necessidades reais. Assim, “naturalmente, a organização e a divisão do trabalho tinham que ser fundamentalmente diferentes em sociedades nas quais o valor de uso e a necessidade exerciam as funções reguladoras decisivas”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 606). Como vimos nas sessões anteriores, no capitalismo a produção difere dos modos de produção precedentes. Segundo o autor,

Durante o desenvolvimento histórico do capital – que impôs à humanidade a produção da riqueza como a finalidade que a tudo absorve –, o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Foi obliterada por uma concepção

reificada, associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões.

Neste aspecto, uma das categorias mais importantes, cujo significado foi perversamente alterado sob o impacto das determinações reificantes do capital, foi a de propriedade. Paralelamente aos processos – e em conjunção com eles – que separaram (e alienaram) do sujeito ativo da reprodução social as “condições inorgânicas da existência humana”, o significado de “propriedade” mudou a ponto de se tornar irreconhecível. Caracteristicamente, ela foi identificada com a “coisa” produção e da troca de mercadoria, e acima de tudo com a garantia institucionalizada da reprodução capitalista (isto é, o “trabalho acumulado, objetificado, alienado” assumindo a forma de ativos do capital legalmente protegidos e de valor de troca sempre em expansão). (MÉSZÁROS, 2011, p. 610).

O surgimento da propriedade privada foi um dos elementos determinantes da consolidação da sociedade de classes. O capitalismo se distancia cada vez mais da noção original de produção e propriedade. O trabalhador não pode considerar as condições objetivas de sua produção e reprodução como sua propriedade. Como falamos anteriormente, o trabalhador possui apenas sua força de trabalho para vender ao capitalista. Assim, “a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao status desumanizado de uma mera ‘condição material de produção’”. Portanto, o “ter” prevalece sobre o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o trabalhador enquanto sujeito real da produção é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que são impostas exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Ou seja, no capitalismo, o trabalhador é reconhecido como “‘sujeitos’ legitimamente existentes apenas como consumidores manipulados de mercadorias. Na verdade, tornam-se manipulados como fictícios ‘consumidores soberanos’”. O trabalhador serve ao capitalista para produzir mercadorias e ao mesmo tempo como consumidor. (MÉSZÁROS, 2011, p. 611).

Desta forma, nessas circunstâncias da produção capitalista, os trabalhadores não podem ocupar, como seres humanos, seu lugar legítimo e muito menos serem considerados nos termos do sistema do capital, como a verdadeira finalidade da produção. A finalidade da produção no capitalismo não é atender as necessidades dos indivíduos, mas sim, a necessidade de acumulação de capital da classe dominante. Com isso, a relação social mercantilizada e reificada entre os trabalhadores e o capitalista, se apresenta de maneira mistificada e impenetrável. Os trabalhadores são alienados da produção, sendo apenas considerada uma “parte subordinada”, um “fator material de produção”. E já que o capitalismo não pode se reproduzir sozinho, ele precisa manter essas relações de exploração do trabalho, “a produção deve não ser apenas considerada a finalidade da humanidade, mas – enquanto um modo de produção ao qual não pode haver alternativa – deve ser tomada como premissa que a finalidade

da produção é a multiplicação sem fim da riqueza”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 611). Segundo o autor,

É aqui que as limitações intrínsecas dos princípios orientadores capitalistas de produção vêm à tona. A crise que se aprofunda no sistema estabelecido não pode ser resolvida em termos de simples expansão da “produção de riqueza”, já que em sua estrutura “riqueza” se iguala a mais-valia, e não a produção de valor de uso pela aplicação criativa do tempo disponível. Ao mesmo tempo, o potencial libertador da produtividade crescente é dissipado e nulificado pelo crescimento cancerígeno dos “falsos custos” de controle a serviço da dimensão exploradora. A proposição marxiana que trata da reorientação da produção, de sua subordinação à mais-valia (isto é, da forma capitalista de “produção de riqueza” que funda a multiplicação da riqueza reificada como a finalidade da produção) para uma produção de riqueza socialista orientada para a necessidade e o uso, bem como ampliadora da criatividade tenta resolver precisamente estas dificuldades – insuperáveis na estrutura do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 618).

O autor, no trecho supracitado, nos mostra a finalidade da produção no capitalismo, como sabemos a produção da riqueza orientada para acumulação e expansão do capital. O autor também nos mostra que numa sociedade para além do capital e de todas as suas determinações, a finalidade da produção seria orientada para a necessidade e o uso dos indivíduos. Portanto,

naturalmente, esta concepção pressupõe a capacidade dos produtores associados de superar os limites da escassez e organizar suas vidas com base em uma alocação verdadeiramente racional não apenas dos recursos materiais disponíveis e utilizados dinamicamente (isto é, genuinamente expansível neste sentido essencialmente qualitativo), mas, acima de tudo, de acordo com as potencialidades libertadoras do tempo disponível. O conceito de tempo disponível, tomado no seu sentido positivo e libertador, surgiu, bem antes de Marx, em um panfleto anônimo intitulado *As origens e os remédios para as dificuldades nacionais*, publicado em Londres em 1821. Em algumas passagens citadas por Marx, este panfleto fornecia uma compreensão notavelmente dialética tanto da natureza do processo de produção capitalista – enfocando a atenção nas categorias vitalmente importantes de “tempo disponível”, “trabalho excedente” e “diminuição da jornada de trabalho” – como da possibilidade de escapar de suas contradições... (MÉSZÁROS, 2011, p. 619)

Trouxemos estes exemplos para mostrar que a melhoria da produção no capitalismo não modificaria genuinamente a condição de vida do trabalhador. Como vimos, a desigualdade já ocorre no processo de produção, uma vez que o trabalhador não tem acesso ao equivalente real do que ele produz. Além disso, no processo de produção se ocupa todo o tempo de vida útil do trabalhador, o tempo livre, que poderia ser empregado em outras atividades como enriquecimento cultural. O trabalhador investe todo seu tempo no trabalho e quase não sobra

tempo para outras atividades. E esse tempo investido não é retornado para o trabalhador, ele não tem acesso à riqueza que produz. Segundo Mészáros,

A melhoria da produtividade, certamente, é uma finalidade necessária do capitalista individual, à medida que pode assegurar-lhe vantagem competitiva. Contudo, esta circunstância nada gera de positivo em relação ao uso genuíno correspondente à necessidade humana, já que a conexão é puramente acidental do ponto de vista do capitalista individual, pouco interessado em “necessidade” ou “uso”, mas meramente na realização de seu capital em uma escala ampliada. Nem o capitalista individual estaria interessado em necessidade e uso, sobre os quais ele não tem nenhum controle, já que não tem qualquer garantia de encontrar, no domínio misterioso regido pela “mão invisível”, a “demanda efetiva” e a capacidade de consumo capitalisticamente legitimadas equivalentes para suas próprias mercadorias. Muito menos tem ele qualquer meio de determinar o uso ao qual o produto social na sua inteireza deve ser destinado. (MÉSZÁROS, 2011, p. 619-620).

A melhoria da produção interessa ao capitalista apenas por seu objetivo de produção da riqueza. A ele, pouco importa o uso que será feito dos produtos, contanto que ele tenha o retorno, seu lucro. Não está nos planos do capitalista melhorar a produtividade para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Portanto, segundo Mészáros “em todas as formas de sociedade, a produtividade está indissolúvelmente associada ao tipo de utilidade e à utilização compatível com as práticas produtivas dominantes daquela sociedade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 620). Assim, o mesmo vale para o capitalismo. Devido a suas limitações e contradições estruturais desta forma de produção que é voltada para o lucro, o escopo da sua produção é limitado, de modo que as demandas de expansão do capital definem o critério de utilidade dos produtos ao qual se deve conformar, mesmo que esta utilidade determinada não atenda às necessidades reais dos indivíduos.

Além disso, “as contradições do microcosmo único do capital, identificável nas determinações e tensões internas das jornadas de trabalho singular, são inevitavelmente reproduzidas em toda parte do ‘macrocosmo’ do modo de produção capitalista”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 622). Portanto, sobre as determinações do capital, as características específicas da produção são constituídas de acordo com os imperativos material e organizacional de estrutura de mercadoria, que se aplica não menos ao trabalho do que aos meios e ao material da produção. Segundo o autor,

Graças à desumanização do próprio trabalho vivo, transformado em uma mercadoria que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar

(como um organismo) adentrando a estrutura – e se submetendo às exigências materiais e organizacionais – das relações de troca dominantes, os principais obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso. Já que o trabalho vivo se transforma em “carcaça do tempo”, torna-se possível estruturar as jornadas de trabalho resultantes (reificáveis) – tanto horizontal como verticalmente – de acordo com as exigências da autorreprodução ampliada do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 622).

Como vimos, a força de trabalho é considerada no modo de produção capitalista uma mercadoria viva, que só pode funcionar se submetendo às condições impostas pelo capital. E o capital utiliza dessa mercadoria viva a seu próprio interesse que é a expansão do capital. O trabalhador para sobreviver aceita as condições impostas e se vende ao capital. Nos modos de produção anteriores, em que a finalidade era o homem, a produção era voltada para atender as necessidades reais dos seres humanos, mas isso muda totalmente no sistema do capital. Aqui a finalidade da produção é a riqueza de uma minoria, dessa classe exploradora. Os capitalistas são usurpadores, separaram os produtores do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, impossibilitando-os de produzirem para seu próprio uso. Além disso, a mercadoria produzida com base nessa alienação e separação, não pode surgir do processo de produção como valores de uso relacionados à necessidade. Com isso, “elas requerem uma intervenção de um momento estranho para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade do capital”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 624). Ou seja, já que as mercadorias não podem constituir valores de uso para os capitalistas, pois seu objetivo é a produção para valor de troca para aumentar sua riqueza, essas mercadorias devem entrar na relação de troca, podendo funcionar como valor de uso para os trabalhadores que irão comprá-las para se realizar como valor em benefício da reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, a produção no capitalismo é voltada para atender as necessidades do capital, mas o número pequeno de capitalistas não dá conta de consumir toda a produção como valor de uso, nesse caso, a produção precisa se realizar como valor de troca. E como falamos anteriormente, o trabalhador além de produzir durante maior parte de sua jornada de trabalho de graça para o capitalista, ele ainda vai comprar os produtos necessários para sua subsistência. Segundo Méészáros,

Desconcertantemente, é essa dupla ruptura que serve como base material da unidade sem a qual o capital não pode funcionar. Seu primeiro momento – a separação radical dos trabalhadores dos meios e do material de sua atividade produtiva e da autorreprodução – priva-os de qualquer influência sobre as funções produtivas específicas que devem realizar no lugar de trabalho a eles designado, para não mencionar o modo pelo qual o processo global de reprodução é determinado e

organizado. Ao mesmo tempo, o segundo momento – a necessidade de entrar na relação de troca do capital por uma questão de mera sobrevivência – prende firmemente o trabalhador ao sistema dominante, deixando-o totalmente à mercê do capital. Os fragmentos das mercadorias que os trabalhadores individuais produzem estão tanto além do controle deles (como resultado da alienação dos meios e materiais da produção) como, e ao mesmo tempo, são para eles inúteis, devido à sua forma fragmentária, mesmo se comparados às necessidades elementares dos trabalhadores isolados. Além disso, mesmo a singular e única posse real dos trabalhadores – sua força de trabalho – não pode se constituir em valor de uso para eles, mas apenas para o capital que a coloca em movimento. É assim que a dupla ruptura entre necessidade e produção se converte em uma unidade operacional escravizadora de trabalho imensamente poderosa, que afirma a si própria pelas injunções e determinações interconexas do processo de trabalho, por um lado, e pela relação de troca, por outro. Desse modo, o sistema do capital é capaz de operar – com grande dinamismo e eficácia ao longo da fase histórica de sua ascensão – graças à separação do trabalho vivo de suas condições objetivas de exercício, complementada pela subjugação de necessidade e valor de uso às determinações reificantes do valor de troca. (MÉSZÁROS, 2011, p. 624-625).

O trabalhador não tem domínio nem sobre sua força de trabalho. Ela só serve para ser vendida ao capitalista. Ademais, o propósito e a força motivadora do sistema capitalista não podem considerar a produção de valores de uso voltadas para a necessidade dos indivíduos, mas considera a produção para a valorização e expansão da massa de riqueza acumulada. Por certo, nessa estrutura que a tudo absorve, a situação do valor de uso é precária. Além dos valores de uso correspondentes às necessidades humanas constituir um momento subordinado na estratégia capitalista de valorização, eles também podem sofrer intervenções e ser relegados a uma posição de importância secundária, priorizando a acumulação de riquezas, desde que sejam substituídos por variedades de desperdício institucionalizado. Sem dúvida, “as determinações e contradições que distorcem e constroem a estrutura da mercadoria não surgem em algum estágio avançado; elas são operantes desde o início”. Uma vez que o capitalismo só funciona se “impuser a validade absoluta de tais determinações e contradições, quaisquer que sejam suas implicações práticas, e também simultaneamente levá-las a um equilíbrio operacionalmente administrável”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 625). Como também,

No curso do desenvolvimento capitalista, o processo pelo qual as garantias necessárias são produzidas – e também renovadas – consiste na homogeneização dos mais minúsculos constituintes do sistema com um todo. Historicamente, esta homogeneização ocorre segundo as determinações materiais fundamentais do capital que correspondem a seus parâmetros exploratórios específicos – isto é, inerentemente econômicos. Em outras palavras, já que os parâmetros exploratórios deste sistema particular de produção e distribuição estão circunscritos de tal modo que a mais-valia deve ser extraída do trabalho vivo (e apropriada pelo capital orientado para a expansão) por um complexo conjunto de mecanismos econômicos, a homogeneização em questão deve também assumir, no curso de sua evolução histórica, um caráter essencialmente econômico. (MÉSZÁROS, 2011, p. 626).

É preciso encarar esse processo totalmente do ponto de vista econômico e não naturalizar o processo. Uma vez que ele é socialmente determinado. Assim como a mercadoria, “também a contribuição fragmentária do trabalhador assalariado é comensurável e equalizável, numa razão precisamente determinável, com as mercadorias oferecidas pelo capitalista no mercado”. Logo, o trabalho “mercantilizado e homogêneo” satisfaz a condição de integrar “o momento estranho de troca com as exigências reprodutivas vitais do processo de produção” (MÉSZÁROS, 2011, p. 627). Por fim, o próprio trabalho ao ser mercantilizado contribui na suspensão da contradição entre produção e troca, ajudando a assegurar a continuidade da produção, ao participar de dois momentos contraditórios e se submeter a ela.

Por certo, o trabalhador não participa e se submete a esses dois momentos contraditórios, com a clareza do que acontece realmente em todo o processo. O capitalismo mistifica tanto as relações sociais de produção, que o trabalhador chega ao ponto de se sentir grato por ser explorado. Desse modo,

a destrocada unidade de necessidade e produção acima mencionada é “remendada”, mesmo que de uma forma caracteristicamente perversa, de modo a se ajustar aos limites do processo metabólico do capital. O que agora conta como “necessidade” não é a necessidade humana dos produtores, mas os imperativos estruturais da própria valorização e reprodução do capital. Os valores de uso se legitimam em relação (e em estrita subordinação) ao último. Sendo assim, o trabalhador somente pode obter acesso a uma determinada classe e quantidade de valores de uso – correspondendo ela ou não às suas necessidades reais – enquanto o capital, com base na unidade reconstituída de necessidade (troca) e produção (reprodução), os legitima como viáveis e lucrativos no interior da estrutura da homogeneização corrente. Por essa via o trabalhador internaliza as necessidades e os imperativos do capital como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, e por isso aceita a imposição dos valores de uso capitalisticamente viáveis como se emanassem de suas próprias necessidades. E, pior do que isso, simultaneamente o trabalhador também se acorrenta à sorte do sistema produtivo dominante pela internalização do que ele aceita serem suas próprias necessidades “legítimas”. De tal modo que, no devido tempo, sob as condições do “capitalismo de consumidores” internalizado, o trabalhador, se ousar desafiar a ordem estabelecida, tem de fato muito mais a perder que seus “grilhões externos”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 628).

Com o avanço do capitalismo, este torna-se a “sociedade dos descartáveis”, buscando um equilíbrio entre produção e consumo, necessário para sua contínua reprodução, ele só consegue este objetivo se ela “puder consumir artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam

à categoria de bens relativamente duráveis”. Assim, o sistema consegue se manter manipulando até mesmo a “aquisição dos chamados ‘bens duráveis’ que necessariamente são lançados ao lixo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 640). Para o capitalismo não importa a durabilidade do produto. O que importa é que ele consiga produzir cada vez mais e gerar mais-valia. O capitalismo está sempre se reinventando, um exemplo citado por Méészáros é o,

complexo industrial/militar – em relação ao qual o tradicional desafio do consumo (utilidade) só se aplica, se tanto, marginalmente. Ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente, na sua produção, imensos recursos materiais e humanos, os produtos resultantes desse processo podem juntar-se às montanhas de mercadorias ‘consumidas’ já no momento em que atravessam os portões das fábricas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 640).

O ideal seria que a produção fosse voltada para bens duráveis e reutilizáveis e que as necessidades básicas de todos os membros da sociedade fossem satisfeitas. Mas isso não é possível no capitalismo. Outra característica da produção voltada para a riqueza da classe dominante é o incentivo ao “luxo”. No capitalismo, têm-se a produção de coisas supérfluas, necessidades são criadas e as pessoas incentivadas por diversos meios a desejar obter tais produtos. Assim,

contra as pretensões do absolutismo moral, a questão do “luxo” precisa ser relativizada de modo a tornar possível a legitimação das práticas produtivas orientadas para o aumento da “riqueza da nação” por meio da vasta expansão na quantidade e na variedade das mercadorias consumíveis individualmente. É assim que a dinâmica produtiva recém-descoberta se torna o objetivo da humanidade e a multiplicação da riqueza se torna o objetivo da produção. (MÉSZÁROS, 2011, p. 644).

Para aumentar a riqueza, os capitalistas utilizar-se-ão de todas as estratégias, como já falamos, até do desperdício caso seja necessário. Outra estratégia é a produção do luxo, ou seja, produzir itens que não servem para satisfazer necessidades reais. E muitas vezes os trabalhadores priorizam esses produtos supérfluos a produtos de necessidades primárias, devido à alienação provocada pelo sistema. Para o capitalista, pouco importa, se o trabalhador vai se alimentar mal para ter acesso a um produto que não irá suprir suas necessidades reais. Por conseguinte, “a relativização e a legitimação do luxo e o reconhecimento da produção de riqueza material – individualmente orientada – como objetivo da humanidade significam também, inevitavelmente, a relativização dos valores”. O sistema baseia-se na concorrência, na

afirmação e na justificação de interesses rivais, bem como dos valores a eles correspondentes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 644).

Mesmo com o incentivo da produção e consumo do luxo, o capitalismo o faz de uma forma que os trabalhadores não avancem demais. MéSZáros ao citar Mandeville (um clássico da economia política) nos diz, “também ele pressupõe que a posição subordinada dos Pobres no sistema produtivo estabelecido seja uma condição permanente da ordem social, intocada em sua substância por todas as mudanças possíveis (e admissíveis) das circunstâncias”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 648). E continua,

Segundo Mandeville, é da maior importância que o Pobre (aquele que “aguenta o sacrifício de tudo, a Parte mais vil e necessitada da Nação, o Povo escravo trabalhador”, seja sempre “*bem administrado*” – isto é, firmemente controlado tanto no trabalho como na sociedade em geral, em uma estrutura em que “a propriedade fosse bem protegida” – de tal modo que possa realizar a tarefa que lhe é designada, a saber, a produção e a expansão da riqueza da nação. “Pois, por mais excessivos que sejam a Abundância e o Luxo de uma Nação, *alguém precisa trabalhar*.” Do mesmo modo, se os pobres são bem administrados, eles conferem à sociedade um duplo benefício: trabalhando assim como consumindo; ambos necessários à expansão da riqueza da nação. Pois “é do Interesse das Nações Ricas que a maior parte dos Pobres quase *nunca sejam ociosos*, e ainda *gastem continuamente o que ganham*”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 651).

Sem dúvida, através de Mandeville, um influente economista político, fica clara a posição dos economistas políticos sobre a função social do trabalho para o capital. Para ele é necessário controlar o trabalhador, que este continue pobre e trabalhando. Mas, além disso, é preciso que esse trabalhador também consuma, pois é necessário a expansão da riqueza da nação. Continua argumentando que os trabalhadores pobres nunca sejam ociosos e gastem continuamente o que ganham. Ou seja, a posição de Mandeville, é que os trabalhadores continuem enriquecendo os capitalistas. Essa passagem nos mostra a finalidade da produção para o capital.

Durante essa seção, vimos a finalidade da produção no capitalismo, que é a produção da riqueza crescente, e mais, que esta riqueza esteja nas mãos dos poucos capitalistas. Uma vez que o desenvolvimento dos meios de produção não está ligado ao desenvolvimento das necessidades humanas, o trabalhador não se beneficia diretamente das potencialidades emergentes do avanço da produção. Já que os meios de produção foram convertidos em capital, eles se opõem às necessidades humana, e sempre que necessário à acumulação de capital, eles se sobrepõem às necessidades humanas reais para garantir as necessidades da produção. E não se

trata de aumentar a produção, para suprir as necessidades sociais. O capitalismo atingiu o ápice de desenvolvimento das forças produtivas, possibilitando eliminar a escassez. Mas a escassez não pode ser eliminada no capitalismo, pois ela é necessária para manter os objetivos de acumulação do capital. O aumento da produção no capitalismo só terá como resultado mais acumulação de capital em mãos de poucos.

Vimos que os trabalhadores foram separados dos instrumentos e materiais de produção. Tendo apenas sua força de trabalho para vender ao capitalista. Mas até sua força de trabalho é dominada pelo capitalista. Pois ela é utilizada para atingir a finalidade do capitalismo, que é a produção da riqueza. A produção voltada para valores de uso e para garantir as necessidades reais dos indivíduos não é possível nessa forma de sociabilidade, devido às suas características intrínsecas.

## 5. CONCLUSÃO

No decorrer do texto, expusemos os fundamentos da produção e da distribuição no capitalismo. Não podemos explicar um fenômeno apenas mostrando sua superfície, é preciso ir aos fundamentos ontológicos, por isso, iniciamos a seção dois com a transição do feudalismo ao capitalismo, que aconteceu de maneira lenta, permanecendo no período elementos da velha ordem juntamente com os da nova ordem que surgia. O período da acumulação primitiva constitui a pré-história do capital, assim como a separação entre produtor e meios de produção. Trouxemos estes elementos para mostrar que a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. Ao tratar dos fundamentos constitutivos do capitalismo, teremos o surgimento de duas classes: os capitalistas e os trabalhadores assalariados. Trazendo suas características definidoras, como por exemplo, a exploração da força de trabalho, a extração da mais-valia por parte do capitalista, o papel do Estado no desenvolvimento do modo de produção capitalista, a composição orgânica do capital (capital constante e capital variável). Iniciamos com estes fundamentos, para introduzir como ocorre a produção no capitalismo e qual sua finalidade. Com o desenvolvimento das forças produtivas, se atingiu um nível em que a produção poderia suprir as necessidades de toda a população. Ao compreender os fundamentos do modo de produção capitalista, passamos na seção seguinte aos fundamentos da produção no capitalismo.

Na terceira seção tratamos da produção e da distribuição da riqueza social no capitalismo. Assim vimos a produção voltada para valor de uso e a produção voltada para valor de troca. A produção voltada para valor de uso tinha como objetivo atender às necessidades dos indivíduos. A produção para valor de uso tem como finalidade satisfazer às necessidades sociais, mesmo em determinados momentos históricos quando já existia a troca de produtos entre si, era uma troca para satisfazer necessidades sociais. Ainda não estava inserida a complexidade das relações sociais no capitalismo, onde produção passa a ser para atender a necessidade de reprodução do capital e a troca complexificasse sendo acrescida a mais-valia.

Com o desenvolvimento do capitalismo a produção voltada para valor de troca tem como objetivo atender as necessidades de acumulação do capital. A produção para valor de troca, não é apenas para satisfazer necessidades dos indivíduos. Ela tem a função de satisfazer os objetivos capitalistas de expansão e acumulação de capital.

Ainda na terceira seção trouxemos uma análise de como ocorre a distribuição no capitalismo. Sabemos que a distribuição está totalmente relacionada ao processo de produção, quando falamos de distribuição não tratamos apenas de seu processo final que seria a

distribuição dos produtos. Durante o processo de produção, ocorre também a distribuição dos meios de produção, instrumentos de trabalhos e materiais necessários.

Uma vez que a distribuição não contempla apenas a distribuição dos produtos, vimos que não dá para eliminar a desigualdade através da distribuição, pois distribuir os produtos ou a riqueza de forma igual e manter as características do capitalismo que são geradoras da desigualdade, jamais irá solucionar a problemática da desigualdade neste sistema. Mézáros traz a seguinte indagação:

como solapar o processo produtivo capitalista constantemente renovado pela homogeneização orientada para a quantidade e o valor de troca e substituí-lo pelo processo qualitativo orientado para a necessidade e o valor de uso?. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 629).

Desta forma, este é o desafio a ser enfrentado com respeito a todos os aspectos da relação entre produtividade e uso, com a finalidade de superação da escassez. O capitalismo precisa manter essa distribuição desigual para continuar seus objetivos de autorreprodução do capital. Assim, no capitalismo são criadas necessidades a todo tempo, para que a produção circule e aumente o consumo, gerando mais-valia para o capitalista. Também vimos nesta seção, que não há possibilidade de superar a escassez no capitalismo. Em termos de produção, a escassez foi superada devido ao desenvolvimento das forças produtivas. Mas essa superação da escassez não ocorreu para os trabalhadores, que só tem acesso a uma parcela mínima da produção. O capitalismo para se manter utiliza de muitas estratégias, até mesmo do desperdício, contudo não permite que o trabalhador tenha acesso a uma parte maior da produção. Quando o trabalhador melhora um pouco as condições de vida, devido as concessões feitas pelo capital, estas sempre ocorrem de modo que não afetem a expansão do sistema e a extração crescente de mais-valia.

Vimos nessa seção, que a distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção. Uma vez que no processo de produção está inserido a distribuição, e ela própria é produto da produção. Assim como, a participação na produção determina as formas da distribuição e de participação na distribuição. Percebe-se o lugar que ocupa o produtor direto, despossuído das condições objetivas da produção, já se encontra excluído da distribuição dos instrumentos e meios de produção, o que antecede e o restringe, à distribuição desigual dos resultados/produtos da produção.

A finalidade da produção no capitalismo é a produção da riqueza. No decorrer desta seção, vimos que a produção no capitalismo não é voltada para atender as necessidades reais da população. Ao tratar da produção, fomos aos fundamentos da produção capitalista. Com a separação que ocorre no capitalismo, dos trabalhadores dos meios de produção, o trabalhador

passou a ser parte constituinte da produção e a vender sua força de trabalho em troca de um salário. Sabemos que o trabalhador produz muito mais do que lhe é retornado em forma de salário. A parte da produção que é apropriada pelo capitalista, gera seu lucro, sua mais-valia. Sabemos que o capitalismo já superou a escassez, em níveis de produção, pois se produz mais que o suficiente para a humanidade. Mas a distribuição ocorre de forma desigual, e não apenas a distribuição dos produtos. Vimos que as alternativas tomadas para reduzir a desigualdade no capitalismo, não fazem nada além de atenuar a desigualdade existente. Por isso, para tratar da superação da escassez é necessário tratar da superação do capitalismo. Falamos aqui da escassez criada pelo capitalismo e imposta aos trabalhadores. O trabalhador não produz para atender suas necessidades, e sim para o capital. Neste processo de produção, o trabalhador é reduzido a uma simples mercadoria, uma mercadoria viva que precisa sobreviver e para isso se submete as condições degradantes de trabalho no capitalismo.

Portanto, o desafio a ser enfrentado com respeito a todos os aspectos da relação entre produtividade e uso, com a finalidade de superação da escassez, é o desafio de superar o próprio modo de produção capitalista. Uma vez que neste sistema erguido em cima da relação capital-trabalho, é da exploração do trabalho que vem a riqueza dos capitalistas, a finalidade da produção no capitalismo não é a sobrevivência da humanidade.

Ainda que expostos os fundamentos da produção e distribuição do sistema capitalista e apontada uma relação fundamental com a desigualdade, outros elementos devem ser adicionados para uma compreensão da desigualdade social, tal como a distinção de como se deu a desigualdade nos modos de produção anteriores. Sabemos que nossa contribuição é apenas o ponto de partida dessa discussão, tratar a problemática da desigualdade atualmente é cada vez mais urgente e necessário. Apontamos em nosso texto os fundamentos dessa discussão de uma perspectiva que vai além da superfície do problema. Por isso, não apontamos aqui, formas ou fórmulas para eliminar a desigualdade no capitalismo. Por saber não ser possível, devido à necessidade deste sistema de manter essa desigualdade, sempre crescente, para que uma parcela mínima da população continue enriquecendo.

Essa discussão não se encerra aqui, nesta dissertação. Há muito mais a aprofundar e a desvendar nesta temática, que poderá ser objeto de estudos futuros desta pesquisadora, que iniciou com essas indagações acerca da desigualdade no processo de formação da graduação e tem consciência que ainda há muito mais pela frente. Pois o estudo é um processo contínuo.

## 6. REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BEER, M. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ENGELS, Friedrich, 1820-1895. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.
- HOBSBAWM, E.J. **Da Revolução Industrial ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. Tradução de Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MANDEL, Ernest. **Iniciação à teoria econômica marxista**. Fonte: Afrontamento, 1975.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Karl Marx ; supervisão editorial Mario Duayer ; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). – São Paulo: Boitempo ; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, Tomo 1. Karl Marx: apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas)
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, Tomo 2. Karl Marx: apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas)
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** / István Mészáros; tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1. ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, José Paulo, 1947. Cinco notas a propósito da “questão social.” In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)
- PIMENTEL, Edlene. **As bases ontológicas da questão social**. In: Boletim do tempo presente, nº 11, de 01 de 2016, p. 1-12. disponível em <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>> acessado em 05 de outubro de 2022.
- SOBOUL, A. **História da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.